S. Paulo Inicia Campanha Popular Pelo Registro do PCB

Texto na 3ª pág.

Programa Econômico do Govêrno Mantém Espoliação Imperialista: Protege Light e Ameaça Petrobrás

TEXTO NA 3ª PAGINA

NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA GUANABARA

ANO III — Rio de Janeiro, semana de 6 a 12 de outubro de 1961 — Nº 139

NOVA TRAMA GOLPISTA ESTÁ EM MARCHA: POVO EXIGE AÇÃO ENÉRGICA DO GOVÊRNO

TEXTO NA 2ª PAG.

Barnabés: vitória contra Lacerda

COM a aprovação, pela Assembléia, da urgência para o abono do funcionalismo, os *barnabés* cariocas conseguiram a sua primeira vitória sôbre o sr. Carlos Lacerda. É provável que até o fim desta semana o abono seja aprovado, o que importará em um aumento de cinco mil cruzeiros, embora provisório, nos salários dos servidores da Guanabara. Após a conquista do abono, os funcionários cariocas prosseguirão em sua campanha pelo aumento definitivo de vencimentos a partir de 1.º de janeiro. O esfomeador Lacerda insiste em fazer chantagem contra o funcionalismo, dizendo que sòmente mandará a mensagem ao Legislativo quando êste aprovar os ruinosos projetos do Código Tributário e da Reforma Administrativa. Na foto, concentração dos servidores cariocas no Palácio Tiradentes.

Sabotadores da Light dentro dos Ministérios

Texto na 4ª pág.

Conciliação e Golpe

Orlando Bomfim Jr.

NO ARTIGO em que apresentou a posição dos comunistas frente ao nôvo govêrno, Prestes alertou para o fato de que a luta em defesa das liberdades democráticas e da legalidade constitucional prosseguia, exigindo crescente vigilância e a organização e unidade de tôdas as fôrças patrióticas e democráticas, pois os golpistas, graças à conciliação alcançada, conservaram a maior parte de suas posições e se preparavam ativamente para novas investidas. Passaram-se algumas semanas e os fatos confirmam a justeza da advertência e a tornam de inteira atualidade.

É CERTO que se trata de um pequeno grupo, que a cada momento se torna mais conhecido em seus desígnios criminosos e, por isso mesmo, mais isolado. Nada têm êles a apresentar ao nosso povo, a não ser uma agitação desenfreada e inescrupulosa, tecida de mentiras e calúnias. Seu líder civil é o possesso Lacerda, cujo govêrno na Guanabara não constitui apenas um acúmulo de erros e fracassos na administração do Estado, mas também um amontoado de crimes contra os cidadãos, cujos direitos e garantias têm sido comumente violentados. A única bandeira que levantam é a do anticomunismo. Em nome do anticomunismo procuram golpear as liberdades, barrar o processo democrático que se desenvolve no país, impor ao povo uma ditadura a serviço dos interêsses espoliativos dos monopólios norte-americanos e da política de opressão e de guerra do govêrno de Washington. Mostram, assim, para que serve essa enferrujada arma do arsenal ideológico do imperialismo, por seus agentes usada em tôda parte e já por tôda parte desmoralizada. E, procurando isolar os comunistas para unir as demais fôrças sob a bandeira do anticomunismo, acabam na realidade êles próprios isolados, pequeno grupo de traidores da pátria a agitar histérico um pedaço de pano [illegible]

MAS, NEM po[illegible] sua capacidade de tentar novas investidas. A situação exige redobrada vigilância das fôrças patrióticas e democráticas. Porque a verdade é que o govêrno, dentro do espírito de conciliação que maculou o seu nascimento, não só deixou de responsabilizar e punir os responsáveis pelas violências e crimes praticados contra o povo, como ainda mantém os militares golpistas, em sua esmagadora maioria, nas posições que ocupavam, tendo nas mãos as armas que tentaram utilizar contra a nação. Impõe-se, assim, que as massas se mantenham vigilantes e, mais que isso, que se mobilizem e manifestem para pressionar o govêrno no sentido de tomar medidas prontas e eficazes que reduzam o grupelho golpista à impotência.

E ÊSSE — deve-se ter bem em vista — é apenas um aspecto do problema. Porque a luta, na sua essência, é contra a política de conciliação com o imperialismo e com as fôrças internas contrárias à completa emancipação nacional, que vem sendo posta em prática pelo govêrno do sr. Tancredo Neves, com o apoio ou pelo menos a complacência do presidente João Goulart. Nessa política o golpismo se alimenta. Com essa política o golpismo vai atingindo, sem golpe, pelo menos alguns de seus objetivos. Não por acaso "O Globo" e "O Estado de São Paulo", ao lado de desenfreada pregação golpista, aplaudem com grande entusiasmo o programa econômico apresentado pelo Gabinete ao Congresso. É uma política contra o povo. Está longe de corresponder aos interêsses e aspirações das fôrças que, nos dias históricos de agôsto, souberam unir-se e levantar-se para barrar o caminho aos que pretendiam impedir a posse do sr. João Goulart e impor ao país uma tirania militar.

A OPINIÃO pública assistiu, por exemplo, entre estarrecida e indignada, à tentativa do ministro do Trabalho de intervir na Federação dos Marítimos, contra decisão do seu Conselho de Representantes e a favor da camarilha que tinha ocupado a diretoria da entidade. Não se tratava apenas de violação da autonomia sindical. Era uma tomada de posição do ministro ao lado de um grupo de marginais do sindicalismo, abertamente pró-golpistas, e em choque com tôda a combativa corporação, que tinha ido à greve em defesa da legalidade democrática. Os marítimos souberam lançar novamente em campo suas fôrças, decididos a ir mais uma vez à greve, e fizeram o govêrno recuar. É uma lição a ser generalizada e seguida. Os patriotas e democratas já impuseram uma derrota aos golpistas. Aglutinando suas fôrças para a ação política, hão de afastar definitivamente a ameaça reacionária, derrotar a política conciliadora do govêrno e alcançar os objetivos da luta emancipadora de nosso povo.

AS LIGAS CAMPONESAS E A REFORMA AGRÁRIA

Dep. Francisco Julião

na 8ª página

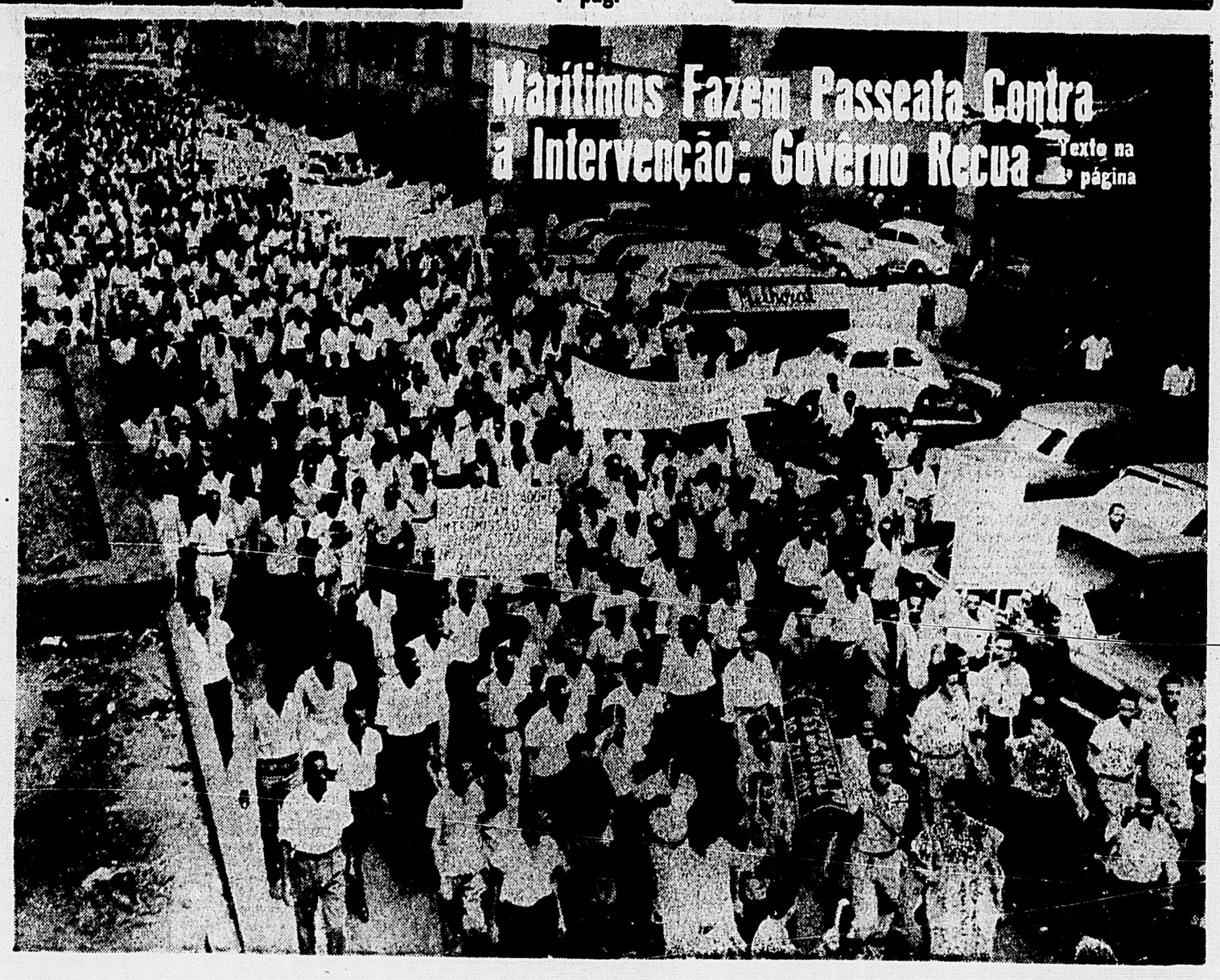
Pelópidas: Cuba é Democracia

Texto na 7ª pág.

Estudantes Respondem a Lacerda

Texto na 6ª pág.

ANTE as vigorosas manifestações dos trabalhadores do mar contra o ato ministerial determinando a intervenção na Federação Nacional dos Marítimos, as autoridades recuaram de seu propósito, para reexaminar o ato do Conselho de Representantes da Federação, que destituiu a diretoria golpista e elegeu a Junta Governativa presidida por Firmino Fernandes. A Junta, que representa realmente os trabalhadores do mar, continua desempenhando as suas funções, enquanto mantém entendimentos com as autoridades para normalizar completamente a atividade da Federação, com a eleição da nova diretoria. Na foto, um aspecto de uma das passeatas que os marítimos realizaram na Guanabara, em apoio à destituição dos golpistas.



Berlim: Barreiras do Oriente Desmantelam Plano de Guerra de Bonn

Reportagem de FAUSTO CUPERTINO na 7ª Pág.

Interventor Não Entra na Federação dos Marítimos

Embora decididos a impedir a entrada do interventor na sede de sua Federação Nacional, e o retôrno dos golpistas à sua diretoria, os trabalhadores marítimos, reunidos em assembléia-geral, na noite do último dia 2, na sede do Sindicato dos Rodoviários da Guanabara, acataram a resolução do Conselho de Representantes da Federação, de enviar um ofício ao ministro do Trabalho, solicitando a reconsideração do ato que anula a destituição da diretoria traidora e a eleição da Junta Governativa, e termina por nomear um interventor para a Federação.

Na manhã do dia 2, o Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Marítimos reuniu-se para decidir sôbre o que fazer para garantir a sua soberania e manter o ato que destituiu a diretoria de policiais e golpistas e elegeu uma Junta Governativa realmente representativa dos trabalhadores do mar.

Antes dessa reunião, já os líderes da classe haviam se avistado com o presidente da República e ministro do Trabalho, dando-lhes conta que os marítimos não reconheciam o ato ministerial de intervenção em sua entidade máxima, e que iriam à greve-geral em defesa da soberania do seu Conselho de Representantes, que julgou por bem expulsar os traidores da classe dos postos que ocupavam. Salientaram os marítimos que o ato do Conselho foi legal e que as razões expostas pelo ministro do Trabalho para justificar o ato de intervenção não se baseavam na realidade. O ministro comprometeu-se a reexaminar a questão, desde que novos elementos lhe fôssem encaminhados, com um pedido de reconsideração. De fato, as duas questões básicas que levaram o ministro do Trabalho a ceder às imposições dos golpistas e agentes da ORIT foram as relacionadas com o prazo para a defesa da diretoria destituída e com a convocação legal da assembléia específica para aquêle fim. Os marítimos provaram que ambas as formalidades foram cumpridas.

ENTERRO DOS PELEGOS

Ponto alto da passeata dos marítimos foi o entêrro dos pelegos expulsos da Federação. Na foto, aspecto do féretro.

LUTAS DE MASSAS

Na tarde do dia 29 do mês passado, enquanto milhares de trabalhadores marítimos desfilavam pelas ruas da Guanabara, rumo ao Ministério do Trabalho, realizando o entêrro da diretoria deposta e exigindo o reconhecimento da Junta Governativa e a punição dos golpistas, os líderes da classe lançavam uma nota pública, declarando que não reconheciam o ato de intervenção. Eis o texto integral da nota:

«AOS TRABALHADORES MARITIMOS, AO MOVIMENTO SINDICAL E AO POVO EM GERAL.

No dia 18 do mês em curso o Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais destituiu a direção da federação em virtude de vir tomando posição contra os interêsses dos trabalhadores, delatando os dirigentes que não compatuavam com suas torpes manobras, tomando posição contra a luta em defesa da legalidade, culminando por requisitar choques da polícia para, na sede da Federação, sufocar as vozes dos conselheiros. Diante dêsses fatos, nos dignos representantes dos trabalhadores junto ao Conselho da Federação não restava outra alternativa senão destituir da direção os traidores da classe e eleger uma Junta Governativa para, dentro de 60 dias, convocar eleições gerais.

Contrapondo-se aos anseios da classe, o Ministério do Trabalho procurou dar cobertura aos traidores, nomeando um interventor com a designação de delegado para administrar a Federação, ferindo, frontalmente, a autonomia sindical. Em virtude disso, o Conselho da Federação reuniu-se dia 29 e deliberou não tomar conhecimento da intervenção e prestigiar a Junta Governativa, convocando outra reunião para o dia 2, às 10 horas da manhã, quando o Conselho deliberará acêrca das medidas a serem tomadas e, ainda, realizar uma assembléia em conjunto de tôdas as categorias no Sindicato dos Rodoviários, à rua Camerino, 66, a fim de dar conhecimento à classe para referendar ou não a sua resolução.

Todo o apoio à Junta Governativa!

Tudo pela Legalidade!

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1961.

Firmino Fernandes — Pela Junta Governatica e em cumprimento a Resolução do Conselho de Representantes».

SOLIDARIEDADE

Por outro lado, as manifestações de apoio e solidariedade ao ato do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Marítimos surgiram de tôda parte. Os portuários, ferroviários e estivadores reafirmaram o seu pacto de ação comum, e sua decisão de acompanhar os marítimos no caso de uma greve geral — greve que, se deflagrada, conforme foi dito às autoridades governamentais, só cessaria com atendimento das outras reivindicações da categoria, inclusive o enquadramento.

Em São Paulo, representantes de mais de 400 entidades sindicais dirigiram-se ao presidente João Goulart e ao ministro Montoro, pedindo o reconhecimento da Junta Governativa da Federação dos Marítimos.

Na Guanabara, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais enviou um memorial ao ministro do Trabalho, defendendo o ato do Conselho da Federação e solicitando o imediato reconhecimento da Junta Governativa. Na assembléia do último dia 2, quando os marítimos se reuniram com a decisão de deflagrar a greve geral pela autonomia sindical e pelo enquadramento imediato, líderes das mais expressivas entidades sindicais da Guanabara encontravam-se presentes, dando todo o seu apoio à luta contra a intervenção do Ministério do Trabalho no órgão máximo de representação dos marítimos.

O movimento sindical brasileiro, que havia tomado uma posição clara na última crise político-militar, colocando-se em luta aberta contra os golpistas, apoiou a ação dos conselheiros da Federação Nacional dos Marítimos, que deram prosseguimento à ação em defesa dos interêsses do proletariado, expulsando os golpistas e inimigos da unidade sindical da sua entidade máxima. A unidade dos marítimos e a solidariedade das demais categorias profissionais tornou possível a anulação do ato de intervenção ministerial da Federação e o reconhecimento da legitimidade da ação do Conselho de Representantes, expulsando da entidade os traidores da classe.

"DICIONÁRIO DE DECISÕES TRABALHISTAS"

Em sua sétima edição, acaba de aparecer o «Dicionário de Decisões Trabalhistas», de B. Calheiros Bomfim.

O nôvo repertório, que tem os auspícios de «Edições Trabalhistas S. A.», reúne cêrca de dois mil e quinhentos acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais, relativos aos anos de 1959 e 1960. As decisões contidas no livro — e essa é uma de suas peculiaridades — não foram, em sua maioria, divulgadas ainda nos órgãos oficiais, tendo sido colhidas, em grande parte, diretamente junto aos respectivos tribunais prolatores. Vale dizer: são publicadas, agora, em primeira mão.

A obra, obedecendo a mesma sistemática das edições anteriores, é organizada por ordem alfabética de assunto, em forma de dicionário, de molde a tornar fácil, simples e prático o seu manuseio, acessível mesmo aos que não são técnicos em matéria trabalhista.

Defende Teu Direito

Everaldo Martins

ATESTADO MÉDICO — Validade de atestado passado por médico de Sindicato, comprobatório da enfermidade do empregado, para efeito de pagamento dos dias de afastamento. Não exige a lei ordem preferencial de atestados médicos para fins de pagamento do salário-enfermidade. Estão todos êles no mesmo pé de igualdade, salvo no que diz respeito aos assuntos de higiene ou saúde. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 1.807/61), Relator ministro Télio Monteiro, julgado em 10-8-61.

CONTRATO A TERMO — Nos contratos por obra certa, é lícito ao empregador a dispensa de operário à proporção em que se vai reduzindo a necessidade de serviço. Não é possível, em tais circunstâncias, a manutenção de todos os empregados especializados e serventes, quando a obra está em fase adiantada de acabamento e arremates finais. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 4182/60), Relator ministro Delfim Moreira, publicado em audiência de 19-4-61.

DIRIGENTE SINDICAL — Estende-se ao Suplente da diretoria investido de mandato sindical, equiparado ao titular, a garantia da estabilidade provisória, ainda que não em exercício. Despedido sem inquérito judicial, cumpre reintegrá-lo com o pagamento de salários durante o tempo de afastamento do empregado. Admitir-se o contrário, a mercê das emprêsas ficaria a composição da diretoria de um Sindicato de trabalhadores com a simples demissão dos membros que fôssem de seu desagrado, do quadro de seus empregados. A perda de empregado importaria na pêrda do mandato eletivo. E destituída ficaria tôda uma diretoria ou mesmo acéfalo o Sindicato, na falta de suplentes, ocorrendo vacância em um de seus cargos. Justamente essa situação de espectativa em que se encontra o Suplente, de substituir qualquer membro da diretoria, é que lhe dá idênticos direitos assegurados àqueles que efetivamente exercem a administração sindical. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 1.142/61), Relator ministro Télio Monteiro, julgado em 8-6-61.

EMPREGADO DE SINDICATO — De acôrdo com o processo do Art. 526, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, a sentença obtida por um Sindicato em dissídio coletivo, a favor dos associados, também opera efeitos em relação aos seus próprios empregados, porque assim se cumprem os princípios de Justiça Social consignados no Art. 157 da Constituição Federal. Ac. STF, 2ª Turma (Rec. ext. 48.233), Relator ministro Vilas Boas, publicado em audiência de 8-8-61.

READMISSÃO — Ja se firmou a jurisprudência do Supremo Tribunal no sentido de somar o tempo anterior de serviço, em caso de readmissão, ainda quando o primeiro afastamento do empregado se tenha verificado voluntàriamente. Ac. STF, 2ª Turma (Rec. ext. 47.120), Relator ministro Victor Nunes, publicado em audiência de 3-5-61.

REVERSÃO AO EMPRÊGO — Empregado despedido sem justa causa após retornar à emprêsa, cancelado o auxílio-pecuniário pelo Instituto de Previdência, tem direito à indenização calculada de acôrdo com as vantagens asseguradas à sua categoria profissional. A faculdade do empregador rescindir o contrato de trabalho não se estende aos casos de simples cancelamento do auxílio-enfermidade, que não se confunde com a hipótese de cancelamento de aposentadoria. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. RR 2.470/61), Relator ministro Télio Monteiro, julgado em 10-8-61.

Os Novos Salários e o III Encontro

Nilson Azevedo

O III Encontro Sindical Nacional, programado para os dias 20, 21 e 22 do corrente, na Guanabara, realizar-se-á, ao que tudo indica no auge da campanha, pelo nôvo salário mínimo, pelo reajustamento geral dos salários profissionais e pela contenção do custo da vida. Nessa campanha deverão estar incorporados os funcionários federais e autárquicos, lutando também pelo reajustamento dos seus vencimentos.

Tanto o presidente da República como o primeiro-ministro e o ministro do Trabalho anunciaram a decretação dos novos níveis de salário mínimo para os próximos dias, do mesmo modo que se comprometeram a adotar medidas destinadas a impedir a alta dos preços.

Uma vasta campanha publicitária já teve início em todo o País, tentando fazer crer aos trabalhadores que o Govêrno lhes vai «dar» o aumento do salário mínimo, em 10 dias, isto é, até o dia 10 do corrente.

Os trabalhadores sabem que depende de sua própria luta a conquista de um reajustamento nos atuais níveis de salário mínimo, capaz de fazer face à elevação do custo da vida. Por terem consciência disso é que não enseriilham as armas mediante a simples promessa do Govêrno. Ao contrário, se o Govêrno anuncia sua disposição de elevar os níveis de salário mínimo, cabe aos trabalhadores e às entidades sindicais apressar a luta que há muito vinham desenvolvendo, para que se reúnam imediatamente as Comissões de Salário Mínimo, e que votem uma taxa de aumento capaz de atender as mínimas necessidades do trabalhador e sua família, nas diversas regiões do País. Da mobilização das entidades sindicais, das manifestações dos trabalhadores dependerá, sem dúvida, o maior êxito da campanha pelo reajustamento de salários e vencimentos e pela contenção do custo da vida.

UMA CONQUISTA

E' preciso ficar claro que o nôvo salário mínimo não será uma dádiva do Govêrno, nem o resultado do «elevado espírito de compreensão das classes conservadoras», como se tenta fazer crer. O reajustamento do salário mínimo, bem como o reajustamento de todos os salários situados acima da faixa mínima impõe-se não só pela revolta generalizada nas massas assalariadas, ante a brutal elevação do custo da vida, como pela ação organizada e consciente do movimento sindical brasileiro, que se pôs à frente dessa luta. A fim de que não paire dúvidas sôbre isso, é necessário que se diga que no I Encontro Sindical Nacional, realizado em fevereiro do corrente, em São Paulo, já os representantes dos trabalhadores de todo o País enviavam memorial ao Govêrno, reivindicando a revisão dos atuais níveis de salário mínimo, bem como a adoção de medidas contra a carestia da vida. No II Encontro Sindical Nacional, realizado em Belo Horizonte, em maio do corrente ano, foi formulado com maior ênfase o programa de luta pela revisão dos níveis de salário mínimo e pela elevação do salário profissional. Nos últimos dias, notadamente depois do restabelecimento das franquias constitucionais, a campanha tomou nôvo impulso. As manifestações de descontentamento ante a alta precipitada do custo da vida começaram a multiplicar-se em todo o País. Diante dessa situação, não havia como deixar de encarar o problema. O próprio govêrno do sr. Jânio Quadros, através do ministro do Trabalho, sentiu que era imposível conter a ação do proletariado por melhores salários, e acenou com a instituição do salário móvel. Esses fatos deixam claro que o nôvo salário não será uma dádiva do atual govêrno, mas uma conquista do movimento sindical brasileiro, uma vitória dos trabalhadores em sua luta contra a política de congelamento de salários, ditada pelos grupos que orientavam a política econômica do govêrno passado e que continuam orientando a do govêrno presente.

O SALÁRIO FAMÍLIA

Não se sabe ainda até que ponto o govêrno cederá às reivindicações dos trabalhadores referentes ao salário mínimo. O ministro do Trabalho, sr. Franco Montoro, fêz reiteradas declarações à imprensa, salientando que o salário mínimo será elevado na mesma proporção do aumento do custo da vida. Tudo dependerá da ação dos trabalhadores. O movimento sindical discorda da maneira como são calculadas as despesas do operário para efeito de estabelecimento do salário mínimo. Com efeito, nessas despesas o órgão de estatística ministerial deixa de incluir o que se gasta com educação, cultura e recreação, bem como a contribuição compulsória para os IAPs, que leva 8% do salário do trabalhador. O movimento sindical reclama, por outro lado, o cumprimento do texto constitucional que manda se assegure ao trabalhador um salário mínimo indispensável ao sustento seu e de sua família. O salário mínimo, até agora, tem sido calculado na base da despesa de uma única pessoa.

A luta para que o nôvo salário corresponda a essas exigências mínimas da própria Constituição Federal deve ser travada e intensificada em todo o território nacional.

SALÁRIO PROFISSIONAL

No III Encontro Sindical Nacional, a realizar-se de 20 a 22 do corrente, os representantes dos trabalhadores de todo o País debaterão, além do problema do salário mínimo, o do salário profissional e o do salário móvel. E' ponto pacífico, entretanto, que o salário profissional terá de subir, ao menos, na mesma proporção em que se elevar o salário mínimo, a fim de se manter a escala hierárquica que sempre caracterizou a remuneração do trabalhador, em conformidade com a sua competência profissional. Com efeito, um oficial marceneiro sempre ganhou mais que um meio-oficial, do mesmo modo que um meio-oficial sempre ganhou mais do que um ajudante. Ultimamente, entretanto, com a precipitação do custo da vida e com os reajustamentos inevitáveis do salário mínimo, os salários dos operários especializados, estão quase nivelados aos dos ajudantes. Na indústria têxtil o fenômeno ocorre em larga escala, havendo casos de hábeis tecelões não conseguirem nem mesmo alcançar o salário mínimo da região. Os líderes sindicais não têm dúvida de que o nôvo salário mínimo será superior ao salário que muitos operários profissionais vêm recebendo. Daí o fato de todos êles se voltarem para a luta pelo reajustamento do salário profissional, nas mesmas bases em que forem reajustados os níveis de salário mínimo.

PREPARAÇÃO DO ENCONTRO

Êsses e outros problemas que se encontram na ordem-do-dia do movimento operário estão sendo objeto de debate nos atos preparatórios do III Encontro Sindical Nacional, que se realizam em vários pontos do País.

O secretariado da Comissão Nacional de Estudos e Planejamento Sindical, eleita no II Encontro, propôs a seguinte ordem-do-dia para o próximo conclave:

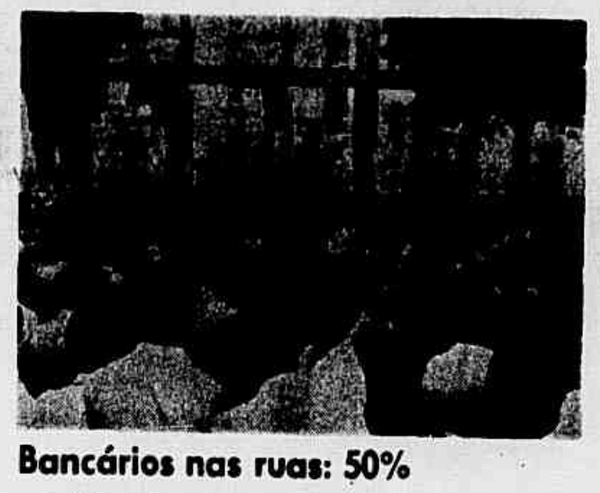
1) A situação política nacional e a posição do movimento sindical;

2) Exame das tarefas aprovadas no II Encontro Sindical Nacional e elaboração do plano de trabalho a ser realizado;

3) Salário mínimo, profissional, móvel e custo de vida;

4) Resolução e convocação do IV Congresso Sindical Nacional.

A Comissão, que se encontra instalada no Palácio do Metalúrgico (rua Ana Néri, 152, Rio de Janeiro, GB, telefone 34-1175, endereço telegráfico SINDMERIO), endereçou ofício a tôdas as entidades sindicais de trabalhadores para que discutam os pontos da ordem-do-dia e elejam os seus representantes ao III Encontro. O número de delegados é ilimitado, e os gastos com passagem e estadia correrão por conta dos próprio delegados, ou das organizações que representam. Contudo, considerando a possibilidade de muitas organizações não receberem em tempo o convite e as instruções que lhes foram endereçadas, os membros da Comissão de Planejamento, fazem um apêlo a tôdas as organizações sindicais, através de NR, para que não esperem o recebimento dos convites, e cuidem imediatamente de sua participação no conclave. Apelam, por outro lado, para que as teses e reivindicações sejam enviadas com antecedência para o endereço acima mencionado, a fim de que sejam incluídas no documento que será apresentado à discussão no plenário, como base para as resoluções do III Encontro Sindical Nacional.



Bancários nas ruas: 50%

Decididos a irem até o fim na luta pela conquista de um aumento de 50% sôbre todos os salários até 10 mil cruzeiros e mais 25% sôbre o que ultrapassar a quantia base, os líderes sindicais dos bancários cariocas prosseguem no trabalho de mobilização da classe, através de reuniões específicas por grupo de bancos, e da realização de comícios em praça pública. Os banqueiros ofereceram um aumento de 30%, que já foi recusado pela maioria da classe. Uma assembléia-geral, a se realizar nos próximos dias, decidirá sôbre a resposta oficial a ser encaminhada ao Sindicato de Bancos. Na foto, aspecto da grande concentração realizada, sábado último, na Candelária, pelos bancários cariocas, no momento em que falava Luís Viegas da Motta Lima, presidente da Federação dos Bancários da Guanabara, Estado do Rio e Espírito Santo.

ABERTAS AS ASSINATURAS PARA 1962!

CHINA ILUSTRADA

Revista Mensal. A vida do grande povo chinês, em fotos e textos. 44 páginas, sendo 16 em maravilhosas côres. Política interna e externa; vida social; agricultura, indústria e comércio; educação; cinema e teatro; arte; filatelia; esportes, etc. Lida em mais de 120 países. Aparece em espanhol, inglês, francês, japonês, arabe, alemão e vários outros idiomas.

OFERTA ESPECIAL

As pessoas que fizerem sua assinatura até 30 de outubro, receberão gratuitamente as revistas de outubro, novembro e dezembro deste ano, os 12 números de 1962 e mais uma coleção de belíssimas pinturas chinesas. Preço da assinatura anual Cr$ 500,00.

Pedidos, acompanhados de cheque ou vale postal a:

Jurandir Guimarães
Agência Intercâmbio Cultural
Rua dos Estudantes, 84 — sala 28
SÃO PAULO

Vacilações do Govêrno Permitem Que Golpistas Ameacem Voltar à Carga

Os fatos ocorridos nos últimos dias confirmam a justeza das denúncias e advertências feitas pelas fôrças que, há pouco mais de um mês, enfrentaram a conspiração golpista e, afinal, a derrotaram. Que dizem essas advertências? Que os grupos golpistas, a serviço dos interêsses mais reacionários — particularmente os monopólios imperialistas norte-americanos — não desistiram de seus sinistros objetivos e continuam a ameaçar a legalidade constitucional.

No Rio, onde permanece montado, em sua maior parte, o dispositivo militar que se lançou na aventura golpista contra a posse do sr. João Goulart, o traidor Carlos Lacerda insiste em suas infames provocações, tentando a todo custo justificar um nôvo crime contra a nação em nome de uma desmoralizada cruzada anticomunista. Em sua última entrevista na televisão, assim como nas edições diárias do boletim do Clube da Lanterna, a «Tribuna da Imprensa», o fracassado governador da Guanabara não faz outra coisa senão apelar à «salvação» contra o chamado «perigo comunista». Quer o sr. Lacerda ressuscitar o falso dilema em nome do qual o marechal Denys prometera prender o sr. João Goulart no momento em que pisasse o solo brasileiro: «democracia ou comunismo». Em seu delírio golpista, chega Lacerda ao atrevimento de estabelecer um prazo fatal para a solução do «dilema»: até o fim dêste ano. O seu apêlo ao golpe é feito em têrmos os mais claros e petulantes.

CANDIDATO A FÜEHRER

A história golpista de Lacerda, se é repudiada maciçamente pela opinião pública, estimula entretanto certos energúmenos que, sem nenhum pudor, passam a repetir as suas grosseiras provocações. Foi o caso do ex-ministro da Marinha, Silvio Heck, inimigo raivoso do povo e das liberdades democráticas e uma das principais figuras de proa da frustrada masorca de agôsto. Já no ato de entrega do Ministério, havia o sr. Heck ameaçado deus e o mundo, dizendo com tôdas as letras que deixava o pôsto de ministro mas não enrolava a bandeira da luta contra a democracia. Sábado último, sob o ridículo pretexto de agradecer uma "homenagem" por motivo de seu aniversário, o sr. Heck voltou à carga, lançando os mais desabridos ataques não só contra os comunistas, mas contra o próprio govêrno, cuja legitimidade insistiu em negar, afirmando que os atuais governantes ocupam "postos que, pela vontade do povo, não lhes pertenciam". Como não podia deixar de acontecer, o sr. Heck foi prêso, juntamente com dois outros almirantes que resam por sua cartilha.

O ex-ministro da Marinha, que foi um dos mais furiosos golpistas nos dias da crise, sonha certamente em voltar ao Poder, mas agora como um «füeher» de fancaria, à frente da ditadura militar que, juntamente com Denys, Moss e Cordeiro, queriam implantar, vetando a posse do legítimo presidente da República.

«IDENTIDADE DE OBJETIVOS»

Enquanto isso, precedido de uma enorme atoarda publicitária, falou em São Paulo o sr. Carvalho Pinto. Que disse o governador de São Paulo? Nem uma palavra sôbre o crime dos que violaram a Constituição e arrastaram o país à beira de uma guerra fratricida. Nem uma palavra sôbre os incalculáveis prejuízos impostos ao povo e à nação pela aventura golpista. Nem uma palavra em defesa da legalidade democrática e dos direitos e interêsses das grandes massas trabalhadoras e populares. Nem uma palavra quanto à necessidade de o nôvo govêrno da República pôr em prática uma política que corresponda às exigências da pátria e do povo. Seria impossível, aliás, ouvir do sr. Carvalho Pinto uma palavra que fosse de condenação ao golpe, quando se sabe que foi êle um dos baluartes da conspiração anticonstitucional em São Paulo. O sr. Carvalho Pinto falou para advertir contra os "[illegible]" e os "surtos demagógicos". E para dizer que acredita no "reflorescimento das esperanças" contra o "avassalamento da demagogia".

Ninguém definiu melhor do que Carlos Lacerda — o agitador-chefe do golpe — o verdadeiro sentido da arengа do sr. Carvalho Pinto. Lacerda mandou-lhe uma mensagem dizendo que o discurso do sr. Carvalho Pinto "encontra aqui profunda ressonância, *definindo e aprofundando a identidade de nossos princípios e de nossos objetivos*".

Assinale-se que o discurso provocador do sr. Carvalho Pinto — que, nos agitados dias de agôsto, prendeu centenas de patriotas e violou tôdas as liberdades constitucionais em São Paulo — foi proferido após uma série de conchavos secretos entre governadores que tiveram posição ostensivamente contrária à Constituição, como os srs. Cid Sampaio, Juraci Magalhães e outros.

GOLPISTAS NO PODER

A agitação golpista, incendiada por Lacerda, e as arengas de Heck, Carvalho Pinto e outros figurões do entreguismo, não constituem manifestações isoladas. Ao contrário: são manifestações, em tom provocador, do trabalho de sapa que está sendo feito, incessantemente, pelos militares e civis que participaram do golpe de agôsto, mas que continuam, em grande número, ocupando os postos dos quais traíram os interêsses do Brasil e de seu povo.

É indisfarçável a insatisfação entre os círculos mais responsáveis da luta em defesa da Constituição pelo fato de estarem sendo mantidos inclusive comandantes de postos-chaves que tiveram posição a favor da masorca. Segundo se noticia, o próprio marechal Teixeira Lott fêz ver ao sr. João Goulart que a sobrevivência do dispositivo golpista constitui uma séria ameaça à legalidade constitucional. Por sua vez, as dubiedades reveladas pelo atual ministro da Guerra, general Segadas Viana, vêm sendo severamente criticadas nos círculos militares e civis que compreendem com mais clareza a situação política do país.

PATRIOTAS NA LUTA

Se os golpistas não desistem de seus criminosos intentos e, por sua vez, o govêrno concilia com êles, de outro lado as fôrças patrióticas e democráticas, que mais a fundo se empenharam na defesa da Constituição, não renunciam à sua luta pelas liberdades e pelos reais interêsses do povo.

As empolgantes manifestações populares prestadas no Rio e em São Paulo ao presidente João Goulart e aos governadores Leonel Brizola e Mauro Borges, o calor dos atos que se sucedem nas organizações de trabalhadores e estudantes, a posição de grande número de jornais exigindo a punição de Lacerda e outros golpistas, a reorganização da Frente Parlamentar Nacionalista e o avanço do movimento sindical e popular em todo o país — tudo isso indica, muito claramente, que o povo brasileiro não admite que os golpistas ponham de nôvo a cabeça de fora nem que o govêrno presidido pelo sr. João Goulart se acumplicie com os piores inimigos da pátria, dando-lhes mão forte e lhes entregando, de mão beijada, como até agora acontece, postos decisivos no aparelho estatal, particularmente no seio das fôrças armadas.

A decisão com que as massas se lançaram na luta contra o golpe e pela posse do sr. Goulart mostra que o povo brasileiro não recuará no seu bom combate pelas liberdades democráticas, pela independência nacional e contra a miséria dos trabalhadores.

Feira de Santana: Estudantes Dirigem Moção a Brizola

FEIRA DE SANTANA — (do Correspondente) — Os estudantes do Colégio Estadual, através do Grêmio Litero Desportivo Arlindo Barbosa, dirigiram moção ao governador Leonel Brizola pelo destemor com que defendeu a Constituição, contra os aventureiros, golpistas e traidores da Pátria.

Protestando contra a aprovação da emenda parlamentarista, o documento dos estudantes apresenta que os "corações baianos estavam com seus irmãos do Rio Grande do Sul", e que a luta deve prosseguir, pela liquidação do subdesenvolvimento, pela alfabetização do povo e o fomento da agricultura e da pecuária.

Termina a moção expressando o reconhecimento dos jovens ao III Exército, representado pelo seu comandante, gen. Machado Lopes, pela sua atitude patriótica em defesa da legalidade democrática.

III Encontro Sindical Nacional
COMUNICAÇÃO

Como já é do conhecimento público, deverá realizar-se nos dias 20, 21 e 22 do corrente mês, no Estado da Guanabara, o III Encontro Sindical Nacional, convocado e organizado pela Comissão Nacional de Estudo e Planejamento Sindical.

A Ordem-do-Dia está assim composta: a) Situação política e a posição do movimento sindical; b) Exame das tarefas aprovadas no II Encontro Sindical Nacional e elaboração do plano de trabalho a ser realizado; c) Salário mínimo, móvel e profissional, custo de vida e; d) Resoluções e convocações do IV Encontro Sindical Nacional.

Poderão tomar parte do III Encontro tôdas as organizações sindicais de primeiro e segundo graus, de servidores públicos e trabalhadores agrícolas, com delegações sem limite de membros. Os gastos de viagem e estadia correm por conta das entidades e delegações.

A instalação será feita no dia 20, às 18 horas, devendo as delegações apresentarem suas credenciais no decorrer dêsse dia na Secretaria da Comissão (Rua Ana Néri, 152, sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara), onde também deve ser enviado tôda correspondência e materiais concernentes ao III Encontro. Endereço telegráfico: «SINDMERIO».

SAUDAÇÕES SINDICALISTAS.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1961

Pela Comissão

(as.) Benedito Cerqueira, Roberto Morena, Irio Lima, Eurypedes Ayres de Castro e Gabriel Alves de Oliveira

PELA LEGALIDADE

Centenas de pessoas compareceram ao ato solene que marcou a instalação da Comissão Paulista pelo Registro do Partido Comunista Brasileiro. Nas fotos, ao alto, um aspecto da mesa, vendo-se, da esquerda para a direita, o líder comunista Luiz Carlos Prestes, o professor Febus Gikovato, presidente do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro, e, falando, o dirigente comunista Ramiro Lucchesi; em baixo, um aspecto da grande assistência que lotou o salão das Classes Laboriosas.

S. Paulo Inicia (Com Prestes) Campanha Pelo Registro do Partido Comunista Brasileiro

Dos mais vibrantes e concorridos foi o ato público realizado sexta-feira ultima, em São Paulo, para o lançamento da campanha de assinaturas destinadas ao registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro. A sede das Classes Laboriosas, onde se verificou a solenidade, foi pequena para conter a numerosa assistência. A platéia e as galerias ficaram totalmente lotadas, assim como as vias de acesso ao local, tendo grande massa humana permanecido na rua, em frente ao prédio, acompanhando através de alto-falantes, os discursos dos oradores, que expressaram pontos-de-vista de diversas correntes políticas, solidárias com a campanha.

Estavam presentes à solenidade, fazendo parte da mesa, os srs. Frota Moreira, deputado Miguel Jorge Nicolau e Anibal Fernandes, representando o Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro; Febus Gikovate, pelo Partido Socialista Brasileiro; deputados Luciano Lepera e Cid Franco; Ramiro Luchesi, dirigente comunista; cientista Mário Shenberg; escritor Jamil Almansur Haddad; jornalista Elias Chaves Neto e Joaquim Câmara Ferreira; arquiteto Vilanova Artigas; estudante Fábio Ancona Lopes, representando a União Estadual dos Estudantes, advogado Aldo Lins e Silva e Enio Sandoval Peixoto; Jonas Filipini, vereador de Campos do Jordão; médico Belino Burza; dirigentes sindicais Antônio Chamorro, Remo Forli, Rafael Martinelli, Osvaldo Lourenço, José Flores, Milani Neto e Armando Piani; vereador Edson Gasparini, da Câmara Municipal de Bauru; e Itala Schwartzman, presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

DISCURSO DE PRESTES

Constituiu ponto alto da manifestação o discurso do líder comunista Luiz Carlos Prestes, cujas palavras motivaram constantes aplausos do público.

Inicialmente, Prestes afirmou que o fato de ali se encontrarem unidos trabalhistas, socialistas e comunistas, numa campanha profundamente democrática e patriótica, constituía para êle um motivo de profunda emoção. Essa aliança — asseverou — tem-se manifestado não apenas neste episódio, como em muitos outros, nas lutas populares pela democracia, pela independência nacional e por melhores condições de vida para o povo. O fortalecimento da frente única, em escala nacional — salientou — demonstra o acêrto da atitude dos comunistas que sempre estenderam a mão a todos os que se propõem a lutar pelo progresso do País.

Referindo-se à recente crise político-militar, afirmou que o seu desfêcho comprova que o processo democrático no Brasil já se tornou invencível, e que o mesmo avança no caminho da revolução brasileira. Os graves acontecimentos enfrentados pela nação demonstraram que êsse processo não pode mais ser interrompido nem barrado pelas fôrças reacionárias. Quando parecia que estas se encontravam no auge de seu poder, dominando todos os postos-chaves das Fôrças Armadas, foram batidas pelas fôrças nacionalistas, democráticas e patrióticas, pelo movimento estudantil e operário, particularmente pelo valente povo do Rio Grande do Sul e o grosso das Fôrças Armadas. Salientou que nas vigorosas manifestações que se espraiaram do norte ao sul do País, formaram, inclusive, elementos ligados ao imperialismo, isto por que, para êles, ficou claro que uma ditadura militar nada mais faria do que apressar uma solução revolucionária dos problemas nacionais. «Um Batista no Brasil — afirmou — faria também surgir em nossa Pátria um nôvo Fidel Castro», pois quem determina o sentido dos acontecimentos em nossa terra não são mais os monopólios norte-americanos, mas o povo, que luta pela emancipação econômica e política do País.

LUTAS DO PCB

Prestes, a seguir, fundamentando a necessidade da existência legal do Partido Comunista Brasileiro, para o fortalecimento das lutas nacionais e populares, relacionou episódios marcantes da ação dos comunistas, desde a fundação do seu Partido, em 1922, quando a classe operária se apresentava no cenário político de nossa terra como fôrça nascente, inspirada pela revolução socialista na URSS, em 1917. Os comunistas brasileiros, daquele ano para cá, erguendo a bandeira invencível do marxismo-leninismo e aplicando o princípio de organização marxista-leninista do centralismo democrático, levantaram a luta pela reforma agrária (não a «revisão agrária» do sr. Carvalho Pinto, mas aquela capaz de liquidar os latifundiários como classe, através da entrega da terra aos camponeses) e pela libertação nacional do domínio dos monopólios internacionais. Ergueram-se os comunistas, pegando em armas em 1935, contra o ascenso do fascismo em nossa Pátria, e posteriormente, lutando pela participação do Brasil ao lado dos países que enfrentaram e liquidaram o nazismo na II Guerra Mundial. Em 1945, com a democratização do País, os comunistas deram contribuição decisiva para a elaboração da atual Constituição, que, embora reacionária em muitos aspectos, registra as conquistas democráticas de que o povo até hoje se beneficia. Prestes recordou, a seguir, a luta vitoriosa dos comunistas, ao lado do povo, contra o envio de nossos soldados para a Coréia, em 1950, quando aquêle país foi vítima de uma agressão imperialista. Salientou, também, que os comunistas e seu Partido foram fator decisivo para a vitória das fôrças nacionalistas, na memorável batalha que se travou em defesa do petróleo brasileiro, assim como as lutas constantes em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e por melhores condições de vida para o povo.

GOVÊRNO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO

Lembrou, a seguir, que, embora derrotadas, as fôrças reacionárias e golpistas não foram desalojadas e continuam tramando para atingir seus objetivos antinacionais. Salientou, porém, que o desfecho da crise demonstrou claramente a possibilidade que tem o povo de conquistar, ainda dentro do atual regime, um govêrno nacionalista e democrático, capaz de assegurar a emancipação econômica do país, a eliminação da estrutura agrária atrasada, as liberdades democráticas e melhores condições de vida para as amplas massas.

Encerrando sua oração, Luiz Carlos Prestes formulou um apêlo a todos os democratas, particularmente aos comunistas, para que intensifiquem a luta pela conquista das 50 mil assinaturas necessárias ao registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, pois a legalidade do PCB é uma necessidade concreta das fôrças progressistas e dos trabalhadores uma vez que virá acentuar e impulsionar o processo democrático de emancipação econômica do País.

«SHOW»

Uma nota alegre foi oferecida por artistas do Centro Popular de Cultura e do Teatro de Arena, no início do ato, apresentando um divertido «show» com temas nacionalistas e democráticos, conquistando prolongados aplausos da assistência. Participaram dos diversos quadros os seguintes artistas: Gianfrancesco Guarnieri (TBC), compositor Carlos Lira (Teatro de Arena), Lima Duarte (Teatro de Arena e Televisão, Canal 4), Vera Gertel (Teatro de Arena), Luís Linhares (TBC), Paulo José (Arena), Juca de Oliveira (TBC), Luiz Vergueiro (Arena), Solano Ribeiro (Arena), Nelson Lins de Barros, Francisco de Assis, autor de «O Testamento do Cangaceiro», Angelo Del Mato (Arena), Luiz Carlos (Arena) e Solange, da União Estadual dos Estudantes.

UNION SOVIETICA — REVISTA MENSAL

Se o leitor quer conhecer os detalhes e realizações da vida na União Soviética, leia esta publicação, todos os meses, pois ela contém os mais variados assuntos, que serão do seu inteiro agrado. Acompanhe os feitos Científicos, Culturais, Industriais e a luta pela paz da União Soviética, através das páginas desta magnífica revista e leia também: «Mujer Soviética», «Moscow News», «Tiempos Nuevos», «Cultura e Vida», «Literatura Soviética» e «Films Soviéticos», e fique a par de todos os acontecimentos concernentes à UNIÃO SOVIÉTICA.

À VENDA EM TODAS AS BANCAS DE JORNAIS E REVISTAS DE TODO O BRASIL

Programa Econômico do Govêrno Mantém Espoliação Imperialista: Protege Light e Ameaça Petrobrás

Um quadro sombrio, extremamente grave, da situação nacional, é pintado no programa que o Conselho de Ministros apresentou à aprovação do Congresso Nacional. Não nos recordamos de ter encontrado em qualquer documento oficial anterior do gênero uma caracterização com tintas tão fortes — e realistas — da situação em que se acha o país do ponto-de-vista de sua economia. Eis alguns «flashes» dessa caracterização:

Desenvolvimento econômico — Se persistir a tendência observada no ritmo do nosso crescimento, serão precisos 36 anos para que a renda por habitante no Brasil atinja 600 dólares por ano, algo semelhante ao que existe hoje em alguns países (não os mais ricos) da Europa Ocidental. *** O crescimento econômico está diretamente vinculado aos investimentos globais em capital fixo. Nos últimos seis anos, o nível médio anual do coeficiente de investimentos tem sido de cêrca de 14% em têrmos de investimento bruto em capital fixo (exclusive estoque), quando investimentos equivalentes a 12% do produto nacional bruto (PNB) bastariam apenas para impedir a queda nas atuais rendas per capita. O excedente de 2% não é suficiente sequer para absorver a população subempregada. *** Apesar do comércio mundial expandir-se anualmente a uma taxa de 4,5%, as exportações brasileiras (em valor) manifestam uma tendência oposta, isto é, reduzem-se. Entre 1945 e 1959 revelou uma tendência central declinante de 1,6% ao ano, ao passo que as importações cresceram à taxa média de 3,8% ao ano, gerando-se, assim, forte desequilíbrio em nossas contas externas. *** O crescimento do produto nacional bruto (a massa de mercadorias e serviços criados no País durante um ano) à taxa de 5,4% ao ano (2,7% em têrmos de renda per capita) exigiria importações globais no valor de 2,5 bilhões de dólares em 1965 e 3 bilhões em 1970. Se o produto crescesse à taxa de 6,5% ao ano, as importações deveriam ser, respectivamente, de 3,2 e 4 bilhões de dólares em 1965 e 1970.*** «... mesmo que lográssemos obter aumento do influxo líquido de capitais a longo prazo, da ordem de 800 milhões de dólares por ano, através do programa da «Aliança para o Progresso», ainda precisaríamos programar para 1965 um aumento de exportação de cêrca de 1 bilhão de dólares sôbre os níveis atuais.» (Ou seja, quase duplicar em cinco anos as exportações que, ao contrário, demonstram uma tendência declinante à taxa de 1,6% ao ano). *** A renda por habitante no Nordeste é de cêrca de um quarto daquela existente na região Sul. Apesar disto, «é lícito prever em futuro próximo um declínio na renda per capita nas regiões Norte e Nordeste e de alguns Estados da região Leste...» *** Mesmo na região mais desenvolvida a região Sul, apesar do crescimento absoluto da renda urbana, a superpopulação subempregada (movimento migratório para as cidades grandes e médias) tende a reduzir a renda média por habitante. *** Em matéria de investimento, há Estados, como Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba onde se registra um processo de «desinvestimento líquido», isto é, em vez de expansão há contração da economia. *** Aumenta em todo o Brasil o subemprêgo, ou desemprêgo disfarçado. *** Sòmente elevando para 19% do produto anual o investimento bruto em capital fixo será possível manter o nível atual de subemprêgo no Brasil. Daí ser preciso investir anualmente mais de 19% do PNB, de tal maneira que a renda per capita cresça em mais de 3% ao ano. ***

QUAL A SOLUÇÃO?

O quadro, como se vê, é indisfarçàvelmente grave. É o resultado da prolongada aplicação de uma política entreguista e reacionária: externamente, sofremos a espoliação imperialista sob as mais diversas formas e, internamente, estruturas econômicas arcaicas impedem o o aproveitamento e a dinamização das fabulosas riquezas do país. Daí têrmos chegado à situação que o programa retrata.

Qual, então, a solução proposta pelo programa? Simplesmente continuar, no essencial, a mesma política seguida até aqui. Aliás, bastaria saber-se ter sido êle elaborado pela Consultec (segundo os jornais) dos srs. Roberto Campos, Lucas Lopes, etc. para conhecer-se a sua orientação geral substàncialmente entreguista. Mesmo os objetivos colocados, tímidos uns, outros simplesmente inatingíveis no capitalismo — elevação do incremento do PNB para 7,5% ao ano, absorção da mão-de-obra subempregada, diminuir as desigualdades na distribuição de rendas, «razoável» estabilidade nos preços, atenuar e suprimir o desequilíbrio no balanço de pagamentos, minorar os desequilíbrios regionais, corrigir deformações estruturais — jamais poderão ser alcançados nos marcos dêsse programa. Pelo contrário, tôdas as distorções e dificuldades assinaladas sòmente se agravariam.

Ao lado de certas reformas administrativas e econômicas que se podem catalogar dentro dos quadros de um regime de democracia burguesa, o programa preconiza uma série de medidas que não toca — em seus aspectos fundamentais — nos interêsses dos monopólios estrangeiros no Brasil. A modificação na estrutura da propriedade da terra — embora contendo sugestões que significam um passo à frente em determinadas questões, como a regulamentação dos contratos de arrendamento, a legitimação de posses, a alteração do sistema fiscal e da legislação em geral em relação à terra, etc. — está longe de corresponder às exigências básicas de uma reforma agrária realmente profunda e radical, que constitua um golpe no sistema latifundiário.

PECADO ORIGINAL

Tratando dos instrumentos da política de desenvolvimento, o programa contém a seguinte frase: «O desenvolvimento econômico é responsabilidade intransferível do nosso povo, e a nós mesmo cabe a parte decisiva do esfôrço.» Como se deve entender esta afirmativa? De um ponto-de-vista patriótico e nacionalista, no sentido de que é essencialmente aos brasileiros que cabe conduzir sua Pátria pelo caminho do progresso econômico e social, rompendo para isso com a dominação estrangeira? ou do ponto-de-vista do entreguismo, tão bem expresso pelo sr. Roberto Campos, há uma semana apenas, quando declarou: «... a culpa do subdesenvolvimento é original: cabe ao próprio país subdesenvolvido»? São, como se vê, dois entendimentos diametralmente opostos. Para um, é impossível combater o subdesenvolvimento sem remover sua causa principal: a espoliação imperialista. O outro, inocenta o imperialismo: a culpa é tôda nossa. E dêsse pecado original sofre o programa em seus lineamentos essenciais, ao traduzir a concepção que o sr. Roberto Campos exprimiu.

É assim quando trata da elevação da taxa de poupança e dos meios para elevá-la, da mobilização de recursos externos (há uma referência à ajuda dos países socialistas no rabo dêsse item) e, principalmente, no capítulo referente à política financeira.

CONSUMIR MENOS

Pode-se afirmar que, da mesma forma que a esmagadora maioria da Nação exigiu e exige a continuação das medidas progressistas na política externa que vinham sendo adotadas pela administração do sr. Quadros, também as fôrças reacionárias conseguiram impor outra exigência: a continuação da criminosa política econômico-financeira desenvolvida pela mesma administração do sr. Quadros. Tal como no famigerado discurso de março do ex-presidente, o programa formula a exigência da diminuição do consumo pelo povo. «A política de estabilização monetária exige sacrifício de todos os setores. Combater a inflação significa, na plena simplicidade das palavras, produzir mais e consumir menos, a fim de se eliminar o excesso persistente da procura sôbre a oferta de bens e serviços que, traduzindo-se na contínua elevação dos preços, caracteriza e define o processo inflacionário.» Assim, segundo o programa, somos uma espécie de povo esbanjador, que precisa mudar de vida, consumindo menos. Só não sabemos como conciliar tal afirmação com o quadro que o próprio programa traça para o país, especialmente para regiões como o Nordeste... Como também, não podemos prever onde esta Nação iria parar se tal concepção de política econômica continuasse a ser aplicada... (De passagem, deve-se assinalar que na parte do programa referente à política social há uma contradição direta com a tese da redução do consumo, ao ser preconizado o aumento dos salários).

POLÍTICA CAMBIAL

Coerente com a orientação geral de que é preciso aumentar as exportações mediante um aumento em volume e uma maior desvalorização dos nossos produtos, o programa advoga a unificação das taxas cambiais e a colocação da taxa cambial geral "em nível realístico", além da supressão de algum contrôle de câmbio (eliminação de complexidades e incongruências) que ainda possa existir. Rigorosamente de acôrdo com a penosa dieta do Fundo Monetário Internacional. Aliás, em diferentes partes do programa, ao ser feita a conversão de cruzeiros em dólares, ou vice-versa, a taxa adotada é sempre de mais de 300 cruzeiros por dólar, havendo casos de 320 cruzeiros, superior, portanto, a essa a que já chegamos...

Entretanto, ao reclamar a plenitude da "verdade" ou "liberdade" cambial, os autores do programa não se esqueceram de excluir dessa amargura o setor exportador (os homens do café, do cacau, etc.). Para êsses reclama-se que o mecanismo cambial tenha "a flexibilidade necessária para ajustar adequadamente a remuneração das exportações nas conjunturas inflacionárias". Em outras palavras: com a desvalorização da moeda, sofre todo o povo, mas para que não sofram os exportadores, deve o govêrno estar atento e dar-lhes mais dinheiro (do povo) para compensar eventuais prejuízos decorrentes da desvalorização da moeda. É a política de "socialização dos prejuízos" levada ao paroxismo.

CAPITAIS ESTRANGEIROS

No que se refere à política do capital estrangeiro, a orientação do programa é no sentido de facilitar sua entrada e de não dificultar sua saída do País. Trata-se, pràticamente, da encampação do projeto que havia sido enviado ao Congresso pelo govêrno do sr. Jânio Quadros, e que não atende, absolutamente, aos interêsses nacionais, porque de fato não põe têrmo à sangria representada pelas saídas de capital estrangeiro. Ao invés disso, criam-se, certas facilidades de ordem fiscal para a associação de capitais nacionais ao capital estrangeiro. Parafraseando o "desenvolvimento com estabilidade" poderíamos denominar tal política de "entreguismo com conciliação".

Sôbre lucros extraordinários, absoluto silêncio. É como se não existissem. A diretriz de consumir menos não vale para os muitos que obtêm tais lucros...

ENERGIA ELÉTRICA: PARA OS TRUSTES TUDO

Partindo de que o principal obstáculo à expansão da indústria de energia elétrica é a escassez de recursos, o programa propõe três ordens de medidas: 1) reajustamento fiscal com a elevação do impôsto único de energia elétrica e outras providências; 2) subscrição obrigatória das ações das companhias de eletricidade — tanto do Govêrno, como da Light e da Bond & Share, — ou seja, o chamado autofinanciamento; 3) aumento das tarifas de eletricidade.

Na parte de energia elétrica, não há uma só das principais reivindicações da Light, por exemplo, que tenha ficado de fora.

AMEAÇAS À PETROBRÁS

O programa relativo à política do petróleo contém algumas inovações. Para pior. Encampa-se implicitamente a tese de mr. Link sôbre a inexistência de petróleo a não ser na Bahia, indicando-se, por isso, a necessidade de que o Brasil vá pesquisar o combustível também em áreas estrangeiras. Não sabemos como o ministro Gabriel Passos terá podido conciliar essa indicação com os seus pontos-de-vista patrióticos acêrca do Tratado de Roboré. Mais ainda: tanto no caso das pesquisas no exterior, como no próprio desdobramento da Petrobrás em subsidiárias (problema que sem dúvida merece ser estudado, mas rigorosamente dentro do princípio do monopólio estatal) o programa preconiza a associação da Petrobrás com capitais privados e, em certo trecho, muito significativamente, nem sequer estabelece a ressalva de que devem ser nacionais êsses capitais. É a primeira vez que uma proposta entreguista sôbre o petróleo e em nível governamental tem curso com tanta desenvoltura, desde a existência da emprêsa estatal.

TRANSPORTES E MINÉRIOS

No capítulo dos transportes, ao lado de algumas indicações econômicas acertadas, é, porém, dada ênfase especial ao problema do pessoal. Reclama-se "um esfôrço continuado que se disponha a arrostar inclusive as dificuldades políticas nas relações com o pessoal..." Aliás, êsse estado de espírito predisposto contra os servidores públicos e autárquicos é visível em diferentes partes do programa. Decorre da maneira antipopular de enfocar os problemas.

Execão no programa é o capítulo relativo aos recursos minerais, onde se nota a preocupação de acentuar a preservação dos interêsses nacionais na política relativa à exploração dos minérios. Ao fim do capítulo, o ministro Gabriel Passos promete uma exposição no Congresso sôbre o assunto.

Estende-se, ainda, o documento, tratando de uma série de outras questões — como a política agro-pecuária, as indústrias básicas (onde não é dado relêvo especial às emprêsas estatais), o desenvolvimento regional, sendo a parte final dedicada a problemas sociais administrativos, encerrando com um capítulo sôbre a política externa. Para reproduzi-lo foram necessárias 50 páginas do "Diário do Congresso", correspondentes a um livro de 300 páginas.

A AJUDA SOCIALISTA

Em diferentes trechos, é certo, o programa alude às possibilidades econômicas decorrentes das relações com os países socialistas.

Entretanto, tal é a timidez com que aborda a questão, relegando-a sempre a um plano secundário e subsidiário que, na prática, virtualmente desaparece êsse outro mundo onde o Brasil pode socorrer-se. Para o programa é como se o campo socialista não estivesse em vésperas de produzir mais de metade da produção industrial do mundo e não estivesse demonstrando que pode e quer ajudar os países subdesenvolvidos, com vantagens incomparàvelmente maiores do que as oferecidas pelos países capitalistas. E, na realidade, levando em conta o quadro aterrador pintado pelo documento do govêrno em sua parte inicial, não é necessário ser profeta para prever-se que jamais sairíamos das presentes dificuldades se não aceitássemos decididamente a mão fraternal que nos estendem os países socialistas para quem o subdesenvolvimento é uma página virada da história.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Geraldo Policarpo de Souza (B. Horizonte)	910,00
Amigo (Fed. Trab. Ind. Extrativas — B. Horizonte)	90,00
Amigo de Nilópolis (Rio)	50,00
Amigos do Bairro Boa Vista (Recife), encabeçados p/Veiner Macedo	2.000,00
Ajudistas de Deodoro (Rio)	2.585,00
Saturnino (S. João Meriti — E. Rio)	100,00
Boa Vontade (S. João Meriti — E. Rio)	50,00
Amigos de Icaraí (Niterói)	850,00
Colônia Árabe (Curitiba)	710,00

Nota Econômica

Josué Almeida

«Ajuda» americana e política independente

Antes de entrar em recesso, o Congresso norte-americano aprovou uma nova lei de "ajuda" ao exterior, pela qual é destinada ao presente ano fiscal (de 1º de julho a 30 de junho vindouro) a soma de 3 bilhões e 900 milhões de dólares, ficando, ainda, o Poder Executivo autorizado a assumir compromissos a longo prazo, para "empréstimos de desenvolvimento", num total de 7,2 bilhões de dólares, até 30 de junho de 1966. No próximo ano fiscal, a soma a ser efetivamente gasta dependerá ainda de resolução pendente dos comitês respectivos da Câmara e do Senado. Do total de 3,9 bilhões de dólares aprovados para êste ano fiscal, 1,7 bilhão será destinado à "ajuda" militar e 1,2 bilhão a "empréstimos para desenvolvimento". Ainda de acôrdo com a nova lei, o govêrno poderá contrair compromissos a longo prazo em matéria de "empréstimos de desenvolvimento", até um máximo de 1,5 bilhão por ano em cada um dos quatro anos seguintes, dependendo, porém, do Congresso a autorização em cada caso concreto.

Pouco depois de ter sido investido na Presidência, Kennedy enviou ao Congresso a mensagem que deu origem à presente lei. Naquela oportunidade, situando o problema no tom de desafio de que tanto gosta de falar, fêz um dramático paralelo entre a ajuda prestada pelos países socialistas a diversos países subdesenvolvidos e a "ajuda" norte-americana. Destacou, então, que enquanto a primeira não está sujeita a flutuações, a segunda fica sempre na dependência de autorizações legislativas anuais. Era aí, a seu ver, que estava a desvantagem levada pela "ajuda" norte-americana. Sem se comover com o apêlo de Kennedy, o Congresso reduziu em 1,6 bilhão de dólares o crédito pedido (de 8,8 para 7,2 bilhões) e negou autorização ao presidente para aplicar a verba sem outra nova aprovação dos deputados e senadores.

Por que essa divergência entre Kennedy e um Congresso no qual o seu partido, o Partido Democrático, tem maioria? Essencialmente porque a "ajuda" americana tem sido invariàvelmente um instrumento de penetração econômica do imperialismo ianque e de espoliação e domínio dos países "ajudados" pelo capital monopolista dos Estados Unidos. Os deputados e senadores, em sua quase totalidade (se é que cabe o quase) também têm seus compromissos diretos com o "big business" e para êste é simplesmente inconcebível o menor afrouxamento, mesmo tático (como no fundo preconiza o movimento chamado de "nova fronteira"), na política de imposições de todo tipo a que está invariàvelmente ligada qualquer "generosidade" de Washington. Quando o sr. Celso Furtado estêve nos Estados Unidos, pleiteando dólares para a Sudene, não lhe perguntaram se o que pedia era bastante para proporcionar leite às crianças do Nordeste, ou se o programa agrário da Sudene atenderia às reivindicações da massa camponesa sem terra. Perguntaram-lhe, sim, se o Plano da Sudene afastaria o "perigo" do comunismo e do castrismo no Nordeste, que é êste e não a fome quem tira o sono dos alegres milionários ianques...

Depois do que acaba de acontecer a Gana, a quem os Estados Unidos prometeram uma ajuda de 208 milhões de dólares (dos quais 30 para a construção de central elétrica do rio Volta e o restante para um grande projeto metalúrgico) para em seguida voltar atrás e recuar, só se ilude quem quiser com o caráter da "ajuda" americana. Agora, como no tempo de Dulles, os "amigos" dos Estados Unidos são comprados e os países que não quiserem vender sua independência e sua soberania a Washington são riscados. Da mesma maneira que ontem Dulles prometeu e em seguida negou ajuda ao Egito para a construção da represa de Assuã (que está sendo construída porque existe no mundo um campo socialista), hoje Kennedy promete e em seguida nega ajuda a Gana. As razões? Kennedy as explica nesta frase que proferiu a 4 de setembro, (segundo o "New York Times" de 5.9.61) quando assinou a presente lei de "ajuda" ao exterior: "Sou de parecer que na administração dêstes fundos teremos de prestar grande atenção e consideração àquelas nações que compartem os nossos pontos de vista na crise mundial" (grifado por nós).

Em face disto, ainda será lícito falar nos "bons resultados" de Punta del Este e, ao mesmo tempo, em política externa independente?

Teoria e Prática

Apolônio de Carvalho

"Existiu algo antes da matéria ?"

(Pergunta do leitor J. L., de Estado da Paraíba)

Para o materialismo dialético, a matéria é a realidade objetiva em permanente transformação. Ela existe e desenvolve-se independentemente do homem, é eterna no tempo e infinita no espaço. Não tem, portanto, nem começo nem fim.

Não é só a filosofia que proclama êsse caráter eterno e infinito da matéria. As ciências naturais também o confirmam e o fundamentam. Elas nos mostram a coexistência do infinitamente grande e do infinitamente pequeno, no mundo material. De um lado, um espaço cósmico formado de um sem-número de sistemas estelares, separados por espaços imensos que se medem por milhões de anos-luz e abrangendo centenas de milhões de estrêlas e de sóis. De outro lado, os átomos divididos em partículas elementares que também não têm fronteiras, — e, também elas, transformam-se e subdividem-se em novos elementos. Assim, no domínio do macro e do microcosmo, do infinito e do infinitesimal, a ciência proclama a impossibilidade de estabelecer limites à matéria, de definir-lhe um início ou um ponto final.

Todo êsse conjunto — em que partículas atômicas, corpos celestes, sistemas solares e nebulosas se sucedem e se multiplicam — está em movimento constante, sob a ação das próprias fôrças internas na matéria. E as ciências naturais revelam também que, mesmo dentro dessa transformação permanente, a matéria permanece eterna, pois não se pode cria-la ou destrui-la. Duas leis gerais — a lei da conservação da matéria e do movimento e a lei da conservação e da transformação da energia — mostram que, em sua infinita variedade qualitativa de formas e de aspectos, a matéria e o movimento são inseparáveis e indestrutíveis.

A idéia de um começo e de um fim da matéria, no espaço e no tempo, não tem, portanto, base nas ciências naturais. A religião proclama essa idéia através da noção fantástica de um Criador incriado, cuja existência anterior se perderia na noite dos tempos e cuja ação se prolongaria até "a consumação dos séculos". Hoje em dia, êsse quadro abstrato e arbitrário de um Deus eterno aparece, apenas, como uma espécie de esbulho dos dados da ciência sôbre a existência eterna e sem limites de nosso mundo real.

É verdade que, em estágios anteriores, a ciência admitiu a noção da matéria como algo inerte, sem contradições e sem fôrças próprias — e, assim, a necessidade de um impulso inicial para o movimento mecânico. Essa concepção falsa limitou o pensamento e a ação de sábios materialistas, como Newton e Lamarck. Ao nosso tempo, ela facilitou às correntes filosóficas idealistas um nôvo caminho para a negação da eternidade da matéria: o de um estado inicial do Ser, permanentemente igual a si-mesmo e sem variações qualitativas — um Nada indefinido, imóvel e imutável, que teria existido antes do universo real. Engels ridicularizou os desvarios de Duhring, nesse sentido: o artifício de um estágio inicial em que não havia nem espaço nem tempo, contradições nem movimento: uma espécie de sósia do caos da criação religiosa ou da construção idealista de Hegel, que partia do Nada, como algo imóvel e insensível, para daí passar à fase de movimento e transformações sucessivas, e finalmente à realidade de hoje. Em essência, um infinito vazio, sem tempo, sem espaço, sem movimento — e, portanto, sem matéria — de onde o mundo material só poderia ter saído através de um outro ato de criação.

Negar a matéria, dar-lhe um início para afirmar sua destrutibilidade e seu fim — eis a obcessão da filosofia reacionária. Para isso, serve-se hoje dos avanços da ciência, como ontem se servia de suas limitações. É assim que as novas descobertas sôbre a estrutura do átomo, a radioatividade, a transformação das partículas atômicas, a relação entre massa e energia, servem também como material de chantagem para apregoar o desaparecimento da matéria, e para "fundamentar" as teses anticientíficas dos processos sem conteúdo material, da separação entre matéria e movimento, da transformação da matéria em energia, etc.. A própria vida impõe, assim, a ligação entre a dialética materialista e as ciências naturais e sociais. Estas confirmam as teses do materialismo moderno; êste lhes fornece uma concepção clara do mundo, um método científico de análise e pesquisa, a perspectiva necessária para novas conquistas. A matéria é inesgotável e infinita, na infinidade de suas formas e manifestações. E a ciência só pode avançar se reflete seus aspectos concretos, pesquisa suas propriedades, revela e utiliza suas leis.

E aqui se manifesta, mais uma vez, o caráter avançado e emancipador do marxismo-leninismo, como ciência do presente e do futuro — face aos mitos religiosos e às deformações das correntes idealistas.

DENUNCIA O DEPUTADO JOÃO AGRIPINO:

Sabotadores da Light Atuam Dentro Dos Ministérios

O deputado João Agripino, ministro de Minas e Energia do govêrno de Quadros, pronunciou importante discurso na sessão de 25 de agôsto último, da Câmara de Deputados, logo após ter deixado aquela pasta, por fôrça da renúncia do presidente da República. A oração do sr. Agripino, publicada no Diário Oficial de 26 de agôsto, faz sérias denúncias sôbre emprêsas estrangeiras que funcionam no Brasil, motivo porque foi completamente ignorada pela imprensa.

Depois de salientar que sofrera tôda sorte de pressões, o sr. Agripino denuncia que as "jazidas de quase todos os minérios ferrosos e não ferrosos estavam conservadas, como tesouro, nas mãos de grupos econômicos estrangeiros e nacionais, ambos inimigos da Pátria, inimigos do Brasil, inimigos dos brasileiros!"

JAZIDAS INEXPLORADAS

E prossegue o sr. João Agripino: "Verifiquei que tínhamos jazidas de determinados minérios inexploradas e importávamos os minérios!"

"Jazidas concedidas há anos, dezenas e dezenas de anos, vinte, trinta, quarenta anos, sem que delas se tivesse tirado um quilo, apesar de as pesquisas já estarem feitas e já o Departamento conhecer o valor quantitativo de suas reservas — milhões de toneladas."

O dep. Gabriel Passos, nessa altura, aparteando o orador, acrescentou que "o pior é que os grupos dominantes estão infiltrados na administração e influem sôbre ela".

"Verifiquei — continua o sr. Agripino — que determinados grupos eram associados a grupos estrangeiros, produtores no estrangeiro do mesmo minério. Por isso, preferem não vender o minério, para que nós o importássemos, a tirar do Brasil o nosso, para que o consumíssemos aqui entre nós."

Dessa situação, diz o sr. Agripino ter dado conhecimento ao presidente da República, bem como das medidas que desejava tomar, inclusive declarando caducas as concessões das jazidas inexploradas há mais de dois anos. Afirmou ter dito ao presidente que não lhe desejava conhecer a opinião sôbre o assunto, "porque era meu dever informar-lhe que entre os interessados que deveriam ser atingidos pelas minhas providências, estavam amigos nossos, correligionários do presidente e eu seria implacàvelmente coerente, não transigindo em favor de qualquer um". Citou, a propósito, o sr. José Ermírio de Morais, amigo particuair de J. Q.

O DEDO DA LIGHT

Referindo-se aos acontecimentos de Curitiba, quando a população se rebelara contra um aumento de 125% imposto pela Bond & Share, disse o sr. Agripino que sendo permitida a elevação pela legislação vigente, mandara imediatamente redigir decreto, alterando o dispositivo que permitia às emprêsas fixar tarifas, sempre que houvesse aumento de salários, nos preços dos combustíveis ou diferença de ágio cambial.

O sr. Jânio Quadros, diz o orador, concordara com a alteração e pedira o expediente. "Eu o havia mandado redigir — prossegue — mas quando me chegou às mãos era inteiramente diferente daquele que eu havia encomendado por escrito. De tal forma que, se eu submetesse ao presidente aquêle decreto, o Govêrno estaria derrubado no primeiro mandado de segurança".

Informa o sr. Agripino que, às 19 horas, ainda não conseguira que o decreto fôsse datilografado. "O curioso — acrescenta — é que às 11 horas eu deliberava modificar o decreto e o dava por escrito tal como eu o desejava, e à 1 hora da tarde, antes de deixar o meu gabinete para me dirigir ao Galeão onde devia esperar o presidente da República, a LIGHT me telefonava perguntando o que havia, como e em que têrmos seria a modificação".

FUNCIONÁRIO SABOTA

Conta o sr. Agripino em detalhes as dificuldades para datilografar o decreto. Um funcionário informara que não havia datilógrafos, que a môça do Ministério só escrevia com dois dedos. Só depois que o sr. João Agripino se dirigiu à sala de datilografia instalada provisòriamente na casa do ministro da Aeronáutica e encontrou três datilógrafas, o decreto foi passado a máquina.

"O meu funcionário — denuncia o sr. João Agripino — ainda não havia pedido a ninguém que executasse o trabalho. O que se queria é que o decreto não fôsse publicado no dia seguinte, quando já se produziriam alguns efeitos na vigência da lei anterior, para que outras companhias pudessem fixar a tarifa na base do seu arbítrio."

O orador relata ainda que, antes de ser datilografado o decreto surgiram outros obstáculos, entre os quais a falta de papel...

Antes de terminar o orador foi aparteado pelo deputado Euzébio Rocha, que lhe sugeriu transformasse seu depoimento em um livro, sob o título de "Memórias de um Ministro de Minas e Energia de um País profundamente espoliado".

PCUS Agradece Felicitações Pelo Vôo de Guerman Titov

Em telegrama dirigido a Luiz Carlos Prestes, o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética agradece as felicitações enviadas pelos comunistas brasileiros, pelo êxito do histórico vôo do cosmonauta Titov.

"Compartilhamos inteiramente — diz a mensagem — sua consideração de que o vôo cósmico do camarada Guérman Stepánovitch Titov constitui uma nova e grandiosa vitória da ciência e da técnica, abre amplos horizontes para a realização do sonho humano de muitos séculos de conquistar o espaço cósmico com objetivos pacíficos e é uma enorme contribuição do povo soviético, dos operários, cientistas e técnicos da União Soviética à sagrada causa da manutenção da paz".

Conclui o telegrama desejando aos comunistas brasileiros novos êxitos na luta pela independência nacional do país, pelo fortalecimento da solidariedade internacional dos trabalhadores, pela paz em todo o mundo.

«PRAVDA» DIVULGA DECLARAÇÕES DE PRESTES

O jornal moscovita "Pravda" publicou, em sua edição de 17 de setembro último, a seguinte correspondência, enviada do Rio de Janeiro pela Agência TASS:

"RIO DE JANEIRO, 15/IX (TASS) — Na imprensa local foi publicada uma declaração do líder comunista Luís Carlos Prestes aos jornalistas locais sôbre a última crise política no país. Prestes ressaltou em sua declaração que o fato de João Goulart ter assumido a Presidência da República, bem como a derrota dos partidários do golpe de Estado, constituem uma grandiosa vitória do povo brasileiro. Isto é uma prova do poderio das fôrças democráticas do país e do amadurecimento político do povo brasileiro.

Simultâneamente, o jornal hebdomadário "Novos Rumos" publica um artigo de Prestes, sob o título "Os comunistas e o nôvo govêrno". Neste artigo diz-se que os acontecimentos no Brasil, depois da renúncia de Quadros, mostraram mais uma vez que os imperialistas americanos já não podem fazer no continente o que bem entendem. Como observa Prestes, os círculos militares dos EUA estavam descontentes porque o Brasil se orientava no sentido de uma aproximação com a URSS. O restabelecimento das relações com a União Soviética "seria um passo a favor da paz, incompatível, portanto, com os interêsses dos provocadores de guerra americanos".

Tornava-se cada vez mais difícil, indica-se no artigo, realizar os planos financeiros impostos ao Brasil pelo Fundo Monetário Internacional. Por isso, as fôrças mais reacionárias, por exigência dos círculos imperialistas dos EUA, resolveram atuar no sentido de "terminar com o processo democrático de desenvolvimento e estabelecer no país uma ditadura militar capaz de transformar o Brasil num instrumento dócil da política belicista e colonialista dos círculos militaristas dos EUA. Sob a bandeira do anticomunismo, tais fôrças pensavam unificar amplos círculos políticos e aniquilar as fôrças democráticas e patrióticas. Mas o povo compreendeu o perigo que ameaçava o país. Em defesa da legalidade e pela transmissão do poder a João Goulart, levantou-se a maioria da nação. Constituiu-se uma ampla frente única, da qual participavam tôdas as camadas da população, inclusive amplos círculos da burguesia abrangendo mesmo alguns setores ligados aos monopólios imperialistas, assim como a maioria das fôrças armadas. Os governadores dos Estados do Rio Grande do Sul e de Goiás assumiram atitude muito firme. Pela transmissão do poder a Goulart manifestou-se também a maioria dos deputados do Congresso Nacional. Na luta em defesa da legalidade e das liberdades democráticas, participação ativa tiveram os comunistas.

Concluindo, Prestes escreve que os comunistas vão continuar a luta pela formação de um govêrno nacionalista e democrático, pela realização de um plebiscito sôbre a questão da modificação da Constituição se bem que o plebiscito não seja, no momento atual a questão mais importante. "O importante agora — observa êle — é a mobilização das massas a fim de que evitem o nôvo govêrno e do Congresso Nacional que sejam desarmados os partidários do golpe, que sejam retirados dos postos-chave e punidos". É indispensável também, ressalta Prestes, mobilizar as massas para a luta pero restabelecimento das relações diplomática- com a URSS e demais países socialistas, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

NOVOS RUMOS

Diretor
Mário Alves
Diretor Executivo
Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe
Pragmon Borges
Gerente
Guttemberg Cavalcanti
Redação: Av. Rio Branco 257, 11º andar S/1712 — Tel: 42-7514
Gerência: Av. Rio Branco 257, 9º andar S/905
SUCURSAL DE S. PAULO
Rua 15 de Novembro 228, 8º andar — S/827
Tel: 37-3244
Endereço telegráfico: «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual	Cr$ 900,00
Semestral	» 250,00
Trimestral	» 130,00
Número avulso	» 10,00
Número atrasado	» 16,00

ASSINATURA AÉREA:

Anual	Cr$ 1.500,00
Semestral	Cr$ 800,00
Trimestral	Cr$ 500,00
mês	» 50,00

NR ROMANCE

Iuri Gagárin

MINHA VIDA E MEU VÔO AO COSMO

Tradução de Rui FACÓ
Ilustrações de MAX

127

Durante os treinos na máquina centrífuga, eu, como os demais, nos habituávamos gradativamente às velocidades cada vez maiores, suportávamos as prolongadas e repetidas sobrecargas. Havia sido adaptada à máquina centrífuga um aparelho eletrofisiológico de grande precisão e complexidade, destinado a registrar as condições físicas e a capacidade funcional de todo o organismo durante os treinos. Comprovava-se nossa atenção e nosso raciocínio, devíamos efetuar determinados movimentos no trabalho. Em velocidades fantásticas, era necessário repetir e guardar de memória imediatamente as cifras, da unidade até a dezena, que apareciam num quadro luminoso. Elas diminuíam em tamanho e aumentavam de significação. Sob determinada velocidade, conseguíamos, sem êrro, ver e dizer — o "sete" e "oito".

Nós, candidatos a cosmonautas, estudávamos não só teoria e passávamos pelos treinos, mas também vivíamos a vida social. Entre nós, como em tôda parte, publicávamos os nossos "boletins militares", que saíam com a denominação concorde com nosso estado de espírito: LUA, MARTE, VENUS. Certa vez escreveram uma nota sôbre o meu bom estudo da teoria, depois, outro sôbre o meu comportamento excelente como aluno nos treinos. E embora isto fôsse escrito à mão, para ser lido por um pequeno grupo de pessoas, era-me no entanto agradável ver o estímulo dos camaradas.

Devo acrescentar que estudava e treinava bem ao lembrar-me de que não poderia perder um tempo que jamais recuperaria.

Certamente, em nenhuma parte se estudava a ciência e a técnica com tamanho entusiasmo como em nosso grupo. Nêle dominava o espírito de companheirismo e compreensão mútua. Se por acaso algum de nós tinha dificuldades, todos se apressavam a ajudá-lo com conselhos e na prática. Emulando em

128

conjunto, não víamos concorrentes nos outros, mas camaradas que objetivavam um mesmo fim. Sabíamos que no primeiro vôo seria escolhido um de nós. Sabíamos também perfeitamente que outros continuavam trabalhando, que outros fariam mais do que o primeiro, que prosseguiriam e aperfeiçoariam o que êste havia iniciado. Éramos unidos e solidários como os quatro bravos soldados soviéticos que venceram a tormenta no Pacífico.

Eu queria realizar o vôo cósmico já como membro do Partido. Tornara-se uma tradição dos soviéticos: à véspera de um acontecimento decisivo em sua vida, entrar para o Partido de Lênin, ingressar em suas fileiras. Assim haviam feito os realizadores dos primeiros planos qüinqüenais, assim se tinham conduzido os heróis da Guerra Patriótica. Assim é hoje.

Esgotara-se o meu período de estágio como candidato a membro do Partido. Companheiros do Ártico me enviaram suas recomendações. Meu antigo comandante Vladimir Mikhállovitch Rechétov escrevia: "Durante todo o período de serviço, I. A. Gagárin revelou-se um oficial de vanguarda da unidade... Desenvolveu-se bem politicamente... Participou ativamente da vida esportiva e social... Cumpriu com probidade as obrigações socialistas que assumiu..." Na recomendação do secretário da organização partidária, Anatoli Pávlovitch Rosliákov, dizia-se: "Conheço I. A. Gagárin como um oficial disciplinado, cumpridor de seus deveres... Sabe voar com correção e confiança em si... Foi membro do birô do Komsomol da unidade... Cumpriu as determinações do Partido bem e oportunamente..." Numa terceira recomendação, enviada pelo comunista Anatoli Fiódorovitch Iliáchenko estava escrito: "I. A. Gagárin tem firmeza ideológica, moral sólida e vida limpa. Como aluno da Universidade de Marxismo-Leninismo, teve sempre ativa participação nos debates de seminário... Com idêntica atividade participou dos trabalhos das reuniões de Partido, cumpriu bem as obrigações partidárias e foi redator do Boletim Militar."

129

Reli estas recomendações e elas não puderam deixar de comover-me. Velhos camaradas, comunistas, acreditavam em mim, referiam-se com palavras amáveis ao meu modesto trabalho e à minha vida, que não me parecia nada ter de notável. Não sei o que faria se algum dia, e de qualquer forma, praticasse uma ação que os levasse a arrepender-se de assim terem escrito a meu respeito, empenhando sua palavra de comunista. Que coisa formidável essa confiança entre camaradas que sabem tudo a teu respeito: como vives, como pensas, a que aspiras, do que és capaz! Quantas e quantas vêzes esta amizade entre soviéticos tem sido posta à prova com sangue. Sim, eu mesmo, se fôsse necessário, daria a própria vida por homens como Rechétov, Rosliákov, Iliáchenko, por todos os meus camaradas.

Pensei durante muito tempo o que devia escrever em meu requerimento de admissão no Partido. Os sentimentos que me empolgavam, se eu quisesse extravasá-los para o papel, encheriam muitas páginas. Depois, lembrei-me do que contavam os que haviam estado na frente de batalha: os soldados, antes do combate, escreviam de maneira expressiva, mas suscinta. E numa página de caderno de estudo escrevi: "Peço à organização partidária que me admita como membro do Partido Comunista da União Soviética.. Quero ser membro ativo do PCUS, participar ativamente da vida do país.." E nestas palavras eu dizia tudo o que pensava e o que queria.

Num dia ensolarado, 16 de junho de 1960, fui convidado a participar de uma reunião do Partido. Como é norma em tais casos, falei de minha vida. Minha biografia era breve e se resumia a algumas frases. Nada de especial, tudo como na vida de milhões de jovens soviéticos. Um dos comunistas me perguntou:

130

— E em relação ao serviço?

— O serviço, respondi, é o que há de mais importante em minha vida.

— É necessário ser-se dedicado ao Partido e ao Govêrno soviético. É uma honra formar nas fileiras do Partido de Lênin — disseram os comunistas que falaram.

Depois, procedeu-se à votação. Todos a favor de minha admissão. E embora não seja hábito agradecer-se na reunião de Partido, não pude conter-me e disse:

— Obrigado! Muito obrigado! Justificarei vossa confiança. Estou pronto para cumprir qualquer tarefa do Partido e do Govêrno.

Encontrava-me num estado de excitação como jamais havia sentido, pleno de energias, disposto a levar à prática imediatamente o que havia dito.

Um mês depois fui enviado à Seção Política. Juntamente comigo chegava um grupo de oficiais, todos igualmente agitados. Finalmente a porta se abriu:

— Camarada Gagárin, entre...

O dirigente da Seção Política, de pé, estendeu-me a caderneta vermelha de membro do Partido e, apertando-me a mão, disse:

— Sempre e em tôda part. comporte-se como nos ensinou o grande Lênin.

Cada ser humano tem como imagem a vida de outro ser humano, que vive em seu coração. Essa imagem, para os soviéticos, é Lênin.

— Serei digno do nome de comunista — respondi com voz emocionada.

Ao regressar à casa mostrei a Vália e à sua mãe, Várvara Semiônovna, que hospedávamos então, a caderneta do Partido, e só então olhei o número: 08909627. Desde então eu me tornara membro do

131

Partido Comunista, uma partícula da vanguarda de muitos milhões de homens da classe operária soviética.

Cumprimentaram-me, e, pela primeira vez chamando-me pelo nome e o patronímico, Várvara Semiônovna disse:

— Uma grande responsabilidade tomaste sôbre teus ombros, Iuri Alexéievitch. O comunista é um homem assim: se um grão de pó cai sôbre êle, todos o vêem.

A admissão no Partido foi um extraordinário acontecimento em minha vida. Naquela mesma noite escrevi a respeito a meu pai, em Gjatsk. De há muito êle desejava que eu me tornasse um comunista. O velho sonho se tornara realidade.

Nesses dias felizes para nós, conhecemos o de há muito esperado Construtor-chefe de naves cósmicas. Vimos então um homem de compleição robusta, alegre, brincalhão, de nome, sobrenome e patronímico tipicamente russos. Imediatamente pôs-se à vontade e dirigiu-se a nós como se fôssemos velhos conhecidos, seus colaboradores próximos. O Construtor-chefe começou por nos fazer perguntas. Interessava-se por saber como nos sentíamos em cada etapa dos treinos.

— É difícil! Mas é necessário passar por tudo isso, pois do contrário não o suportareis.

Quando um dos camaradas se queixou de que a câmara térmica era insuportàvelmente quente, êle explicou que durante o vôo a temperatura na cabine oscilaria entre 15 e 22 graus Celsius, mas o cosmonauta deveria estar preparado para tudo, pois quando da entrada da nave nas camadas densas da atmosfera, a envoltura da nave se aqueceria, atingindo talvez alguns milhares de graus. Cada um de nós intimamente suspirou: e o homem que vai no interior da cápsula é carbonizado sob uma tão formidável temperatura! É inconcebível. Era de causar inquietação e admiração ao mesmo tempo.

132

O Construtor-chefe levou-nos sem pressa para junto de sua criação — a nave cósmica, equipada com a mais moderna técnica e incorporando muitas conquistas da ciência.

— Olhem — disse o Construtor-chefe — a superfície exterior da nave e da cabine do piloto é recoberta por uma sólida proteção antitérmica, que a preserva da combustão por ocasião do lançamento.

Olhávamos encantados o aparelho voador nunca visto. O Construtor-chefe explicou-nos que a nave-foguete era montada num poderoso foguete-portador multifásico e, depois da entrada em órbita, separar-se-ia dêle o seu último escalão. E nos disse o que ainda não sabíamos: que o programa do primeiro vôo do homem previa apenas uma volta em tôrno da Terra.

— Posteriormente, a nave cósmica poderá efetuar vôos mais longos — acrescentou.

Tivemos a possibilidade de examinar exteriormente a nave. Todos observamos com atenção que a cabine do piloto não é desprovida de visão como supúnhamos antes, e nos fitavam os olhos atentos das claraboias. Eram várias.

— Os vidros dessas claraboias — explicaram-nos — também são à prova de fogo. Através delas podem-se efetuar observações durante o vôo.

Entramos, de um em um, na cabine do piloto. Era muito mais ampla do que a cabine de piloto de um avião. Sentado na poltrona, o cosmonauta podia efetuar tôdas as operações de observação e comunicação com a Terra, controlar o vôo e, sendo necessário, êle próprio dirigir a nave. Quanta coisa nessa cabine invulgar! E tudo absolutamente diferente da de um avião.

À esquerda encontrava-se o quadro de comando do piloto. Aí havia as alavancas e os comutadores, a direção do sistema de rádio-telefonia, os reguladores de temperatura da cabine, assim como a direção manual dos interruptores e o motor de freio.

133

À direita, localizava-se um receptor de rádio, vazilhas para alimentos e a direção manual de orientação da nave. Diretamente em frente à poltrona do cosmonauta, o quadro de instrumentos com vários indicadores em forma de flechas e uma tábua de sinalização, relógios elétricos, bem como um globo, cuja rotação coincidia com o movimento da nave em órbita. Abaixo da tábua de instrumentos estava localizada uma câmara de televisão para da Terra observar-se o cosmonauta. E mais abaixo encontrava-se uma claraboia com orientador ótico.

Cada um de nós, pela primeira vez, sentou-se alguns minutos na poltrona, o lugar de trabalho do cosmonauta. Estava ela colocada em tal ângulo que, nas seções de entrada da nave em órbita e à saída dela, as sobrecargas atuariam no sentido do peito e das costas do cosmonauta, isto é, na direção mais favorável para êle. A poltrona não era grande mas era complexa. Nela estava montado um sistema de globos e pára-quedas, equipamentos de catapultas e de pirotécnica e tudo o que era necessário para a aterrissagem: reservas de alimentos, água e munições, instrumentos de rádio para comunicação e localização. Na poltrona encontrava-se também um sistema de ventilação do escafandro e aparelho de oxigênio em pára-quedas. Era dotada de equipamento automático.

— O cosmonauta, ao aterrissar, encontra-se na cabine da nave — disse o Construtor-chefe, mas ao mesmo tempo previmos uma alternativa: quando necessário, êle pode abandonar a cabine.

O que acabávamos de ver era leve, sólido, portátil. Tudo brebrilhava, era nôvo, extremamente limpo. Ninguém ainda manejara êstes instrumentos e até mesmo ninguém os vira ainda, além dos que os tinham imaginado e feito. Em silêncio deixamos a cabine e em silêncio passamos para o lado, dando o lugar a outro camarada.

Continua

O Otimismo e o Pessimismo na Arte

Luchino Visconti,
diretor de cinema italiano

A discussão a respeito de se a arte deve ser "otimista" ou "pessimista" não tem sentido. Em geral, quando se tenta isolar um sentimento humano qualquer, fazendo dêle um esquema fixo com o qual deve conformar-se tôda a realidade, comete-se um grave atentado contra a complexidade da vida, ou seja, contra a realidade. E de vez que, como se sabe, a arte é, por sua natureza, um reflexo da realidade, nesses casos desaparece a possibilidade de fazer arte.

Como reflexo da realidade, a arte é uma das formas de conhecimento à disposição do homem. Mas não existe um conhecimento verdadeiro que não seja, ao mesmo tempo instrumento de transformação e superação do que existe, e o conhecimento artístico, para ser válido deve ser capaz de contribuir para a transformação do mundo.

Numa palavra, o conhecimento artístico deve ser crítico. Se uma obra literária, teatral, artes plásticas ou cinematográfica deixa as coisas no ponto em que estão, sem penetrá-las criticamente, significa que não as conheceu; se não as conheceu, não pôde refletí-las, e se não as reflete é sinal que não alcançou um valor artístico.

Os dogmáticos do pessimismo e do otimismo pertencem, a meu ver, a duas categorias contrárias, mas semelhantes, de deformadores da realidade. Por isso não vale a pena prestar atenção às suas disputas, que levam a um labirinto sem saída, inimigo de tôda concessão instrumental e subalterna da arte. Por conseguinte, penso que, para não reduzir seu trabalho e suas pesquisas a uma coisa servil e rasteiramente utilitária, o artista deve ser antes de qualquer coisa, um homem entre os demais homens; em segundo lugar, um cidadão de alta consciência cívica e revolucionária. Em suma, deve ser um dirigente político e social que com seus meios específicos concorra para formar o processo histórico e se dirija a milhões e milhões de homens. O artista que se tem na conta de apenas um mestre de exercícios formais, ou apenas um contemplador satisfeito, coloca-se por sua vontade, à margem da vida social e permite que qualquer um possa substituí-lo por um alto-falante adaptável a muitos usos. Eu diria que se o artista moderno se diferencia em alguma coisa, e deve diferençar-se, do artista do passado (entendo por passado a época histórica anterior à Revolução Socialista) é pelo seguinte: o artista moderno utiliza as condições históricas e culturais, os conhecimentos técnicos e a experiência prática que exigem dêle uma nova compreensão de seu papel na vida da sociedade e na história.

Isso é válido, na minha opinião, tanto para um artista que vive numa sociedade livre da ditadura do capital como para o artista que vive numa sociedade ainda capitalista. Isso significa que a presença operante da consciência socialista é hoje, em tôda parte, uma das condições da criação artística.

Quando falo de consciência socialista, falo, naturalmente, de uma concepção materialista, histórica e laica do mundo, e não de uma temática particular. Com a concepção socialista, o mesmo pode cantar tanto um puro e simples movimento da alma humana como complexos acontecimentos políticos e sociais. Pode expressar o momento de dor e a contradição mais atroz, como o momento mais consolador de alegria e concórdia. O essencial é que a consciência socialista palpite sempre como o sangue que corre pelas veias de uma obra de arte e não seja uma hipócrita fórmula grudada numa obra de arte como uma etiqueta.

É justo e compreensível que, na sociedade capitalista, o artista tenda a aguçar o momento de seu antagonismo com o sistema, mas terá mutilado sua obra se êsse antagonismo se transformar em desesnêro destrutivo, em desconfiança na vida e no homem. Contudo, também é certo que, se bem que na sociedade socialista não existam contradições antagônicas, o artista que nela vive não terá feito obra criadora se não tiver visto de dentro todos os complexos problemas políticos e morais de seu povo, se tiver desdenhado a inextinguível fonte de inspiração que é a existência de milhões e milhões de vidas individuais, sobretudo numa sociedade sem classe.

Que sentido tem, portanto, a discussão entre os "otimistas" e os "pessimistas"? O problema é completamente diferente: trata-se da tendência social e humana da obra de arte, de sua base ideológica.

Uma obra pode ser absolutamente otimista na aparência, mas essencialmente reacionária por seu conteúdo. Esse é o caso de inumeráveis películas de Hollywood e de muitas fitas do chamado "neorealismo rósea" italiano. Uma obra pode estar impregnada de dor e de pessimismo na conduta de suas personagens, porém, em substância, expressar uma radiosa vontade de sair das trevas e da angústia em que essas personagens chegaram a se encontrar por razões objetivas e subjetivas. É o caso de muitos dos melhores filmes japoneses do após-guerra. Ignoro se o consegui, mas tal foi a minha intenção em películas como "A terra treme", "Sedução da Carne" e "Rocco e seus irmãos".

Quer-me parecer que um exemplo de superação do falso dilema entre o "otimismo" e o "pessimismo" é o recente filme "Céu Limpo". Relata uma história de elevada tensão dramática. A dor dos seus protagonistas alcança o limite do suportável. Não tem meio têrmo a condenação que nela se expressa a tudo o que rebaixa o homem e seu insubstituível valor. A força que seus protagonistas alcançam, graças a um nuvem moral que encontra eco e resposta em tôda a sociedade, verte luz sôbre o que antes era sombra, reafirma a dignidade do homem comum soviético diante dos que ousaram humilhá-lo antes. É uma história doce e amarga, triste e alegre. Os momentos de desespêro alternam-se com momentos de lúcida esperança. Sobretudo, não existe no filme nenhuma retórica, nenhum verniz, já que Grigori Chuchrái soube cantar o sentimento nôvo da responsabilidade e da consciência socialista valendo-se, sem deformá-los, de dados típicos de uma experiência real. Quem poderá dizer se é "pessimista" ou "otimista" o extraordinário vôo de sorrisos e de pranto que passa como um vendaval sobre o rosto da protagonista enquanto recorda no curso de dez minutos, interminíveis oito anos tempestuosos de sua vida? Não obstante, nesses sorrisos e nessas lágrimas descobre-se sinais inconfundíveis do orgulho humano vitorioso, de tal modo que a vitória de dois corações simples coincide com o triunfo da verdade. Feliz o realizador que pode desenvolver semelhante tema em colaboração criadora com a sociedade em que vive.

CONVERSA COM JESUS LARA

Beatriz Bandeira

Não gosto de tratar de assunto sério, de maneira ligeira. Sinto-me inibida como se estivesse cometendo uma irresponsabilidade. Falar de Jesus Lara, sua obra, sua vida, depois de uma troca rápida de palavras com o autor — que gosta tão pouco de falar de si mesmo — é tarefa sumamente difícil. Sinto que nem de longe, conseguirei dar ao leitor uma idéia da grandeza dêsse homem simples, extremamente modesto e tímido, um pouco triste, um pouco desconfiado. À primeira vista, julgaríamos, ao vê-lo, tratar-se de um líder camponês de origem índia — tanto poderia ser um quechua, como o representante de uma tribo brasileira. Os óculos e a maneira de olhar dão-lhe um ar de cientista. Mas se começa a falar, mesmo dentro de sua extrema simplicidade, a palavra justa, a frase bem construída, traduzindo o pensamento claro, revelam, em um momento, o homem culto sensível, cheio de calor humano, de profunda ternura. Ao mesmo tempo se percebe que aquêle homem tímido possui uma inabalável autoconfiança e uma energia que são apanágio daqueles cuja vida tem sido uma luta constante e heróica. Assim foi, é e será a vida de Jesus. A de um homem que lutará, até seu último instante pelo Homem, com todos os homens, na construção de um mundo sem injustiças, sem ódios, sem guerras.

EM CASA DE SILVIA CHALREO

Jesus Lara passou pelo Rio, de volta de Cuba, onde fôra participar do Congresso de Escritores e Artistas Cubanos. Apenas poucos dias. Nesta nossa conversa, muito rápida, procurei ter notícia de suas obras e sua vida. Quando deveríamos falar do mais recente, sua viagem, nosso entrevistado fêz-nos ver que a premência do tempo impunha-nos um fim. Silvia, em cuja casa êle estêve hospedado, perguntou-lhe mais tarde e contará depois, sôbre Cuba.

Pedimos a Jesus que nos fale de suas obras, em ordem cronológica.

— Iniciei escrevendo poesias. Creio que é o começo mais comum. Meu primeiro livro teve o título "Cantigas de La Cigarra". Eram poesias impregnadas de muito amor. Escrevi-o em 1921. Em 1923, outro livro, também cheio de amor e muito sofrimento — parece que o amor só trás sofrimentos — chamou-se "El Monte de Mirra"...

— Louis Aragón disse isso em seu belíssimo poema "Il n'y a pas d'amour heureux". — Em 1927, escrevi "Arawiy, arawiku", o que significa em quechua: "Canta, Poeta". Neste livro além do lirismo amoroso, surgiam as primeiras preocupações com os problemas da raça e da terra. Vem depois um longo período sem poesia, surgindo em 1947 um nôvo livro de poemas "Auqawara" que quer dizer, tempo florido. Depois mais 13 anos afastado da poesia e em 1960, de volta da China, publiquei o livro, constituído de um só poema: "Flôr de Lotus". E' um canto de amor à mulher chinesa, minha maneira de agradecer a imensa ternura e cuidados com que fui tratado, o heroísmo e a delicadeza da mulher na China de ontem e de hoje. E de poesia é só. E creio que já disto não mais tratarei.

Admitimos que Jesus Lara não mais escreva poemas. A poesia, entretanto, está impregnada nêle e brota e flui de tudo o que escreve. E de tudo o que diz.

E ei-lo que fala de suas novelas.

— "Repete" não é pròpriamente uma novela, mas um diário de campanha, escrito durante a luta do Chaco. E' a síntese do militar boliviano. "Yawarninchij" foi escrita em 1958, publicada em 59. E' o início de uma trilogia, cujo segundo volume já está em seus últimos capítulos. Aí o problema agrário é abordado claramente, focalizando, o decreto que concede terras aos camponeses, sem na realidade entregá-las.

— E' então, a história de um embuste...

— Entretanto, êsse decreto em outros aspectos veio melhorar um pouco a situação do índio, pois aboliu o serviço pessoal ao patrão, ou seja, a "pongueaje".

— Que quer dizer?

— "Pongueaje" vem de "pungo" — porta — E "pongo" era o nome do índio obrigado a servir ao patrão. Devia estar de pé, parado à porta, à espera das ordens do senhor, que o utilizava para tudo e em todos os afazeres domésticos.

Jesus Lara escreveu ainda vários ensaios: "La poesia quechua", "Tragédia del fin de Atahualpa", "La Literatura Quechua" (publicada em inícios dêste ano) "Leyendas Quechuas", em 1960.

VIDA E LUTAS

Quando Jesus fala de sua infância e de seus pais, seus olhos se enchem de contida tristeza.

— Meus pais eram paupérrimos e quase analfabetos. Trabalhavam dia e noite. Meu pai tocava em uma banca de música de aldeia, um instrumento de sôpro, muito primitivo. Minha mãe fazia tudo o que era possível para ajudá-lo a manter a casa e educar os filhos, que eram três. Cozinhava, lavava e engomava para fora, fazia farinha para vender... Não me lembro de minha mãe sem lágrima nos olhos. Até os 10 anos eu não sabia uma palavra de espanhol. Mas com todo êsse sacrifício foram nos educando, mandando-nos quando puderam, para estudar em Cochabamba nós vivíamos em uma aldeia muito pobre, Musa, hoje chamada Villa Rivero. Foi aí que nasci. Um de meus irmãos fêz-se ourives. O outro, como eu, fêz estudos apenas até o secundário. Não tenho curso superior. O resto você já sabe: casei-me, tive filhos, tenho netos. Estou aposentado do cargo na Biblioteca, onde fui diretor e da Universidade, onde lecionei. Eis tudo...

Jesus Lara não é apenas escritor. É um homem que escreve e participa.

Por isso, tem viajado muitas vêzes. A primeira foi em 1952, para participar do Congresso dos Partidários da Paz em Viena. Nessa ocasião estêve, também, na Polônia. Em 53 foi a outra reunião dos Partidários, em Budapest, tendo então visitado a União Soviética. Nos anos de 53 e 54 escreveu dois livros de impressões da viagem a êsses países. Não os quiseram publicar. Seus editores negaram-se a fazê-lo. Em 59 foi à comemoração do décimo aniversário da revolução chinesa, chefiando uma delegação boliviana. Passou alguns dias na URSS.

De sua viagem recente à Cuba, onde permaneceu todo um mês, viajando pelo interior, não houve mais tempo de falarmos. Respondeu-me apenas, enquanto se despedia:

— Volto rico de impressões maravilhosas. Ali se está construindo rápida e decididamente o socialismo.

Tópicos Típicos

Pedro Severino

As "lacerdianas" continuam a circular na Guanabara.

Conta-se que o governador de Brocoló, deprimido com a impopularidade de seu govêrno, procurou refúgio na oração. Isolado em seu quarto, ajoelhou-se diante de um crucifixo e se pôs a rezar.

Em meio à oração, eis que uma voz lhe soou aos ouvidos:

— Lacerda ... és um homem de sorte ...

Surpreendido, o governador olhou em volta. Não havia ninguém. A mesma voz repetiu:

— Lacerda ... és um homem de sorte ...

Desconfiado de um milagre, o governador ergueu os olhos para o Crucificado e ousou perguntar-lhe:

— Fôstes Vós que falastes, Senhor?

Cristo assentiu. Animado com o favor divino de lhe dirigir a palavra, Lacerda quis saber:

— E por que dizeis que sou um homem de sorte, Senhor?

Cristo explicou-lhe:

— Porque, se eu não estivesse com os pés pregados, te dava um bico na bôca que nem imaginas!

—oOo—

Conta-se também que uma velhinha, há dias, conseguiu se avistar com o governador e disse-lhe:

— Quem fala que o senhor dá azar não sabe o que diz. Eu não acredito nisso. Vim lhe trazer o meu abraço e a minha solidariedade.

Lacerda, comovido, abraçou-a.

Dois dias depois, chegava ao palácio um envelope tarjado de preto: os filhos da inditosa senhora convidavam o governador para o entêrro (um colapso matara a velhinha).

—oOo—

Diz-se, ainda, que para um almôço recentemente realizado em sua residência, o governador mandou preparar um leitão assado e convidou o seu principal auxiliar, Rafael de Almeida Magalhães, talentoso jovem que alia aos seus méritos de advogado extraordinárias qualidades de jogador de futebol de praia.

Por especial deferência, o governador reservou um lugar na mesa ao seu lado para o amigo Rafa.

Quando Rafa chegou, entretanto, o almôço já estava servido. Vindo a ocupar a cadeira que o governador lhe reservara, o emérito jogador de futebol de praia comentou:

— Ah, que bom, vou sentar perto do porco!

Percebendo, constrangido, que tinha cometido uma "rata", acrescentou, para o governador que o servia:

— Refiro-me ao do prato, bem entendido...

Canto de Página

Emilio

Miséria

Um dia, não sei quem falou da miséria existente nos Estados Unidos. No outro dia veio um delicioso cronista social dizendo que várias vêzes estivera naquele país e nunca vira miséria. Fato compreensível: um cronista social tem sempre todo o seu tempo ocupado com as alegrias do chamado society, com as venturas e as belezas das senhoras elegantes, dos jantares e festas idem. Como terá tempo para ver e sentir o povo?

Depois os EE.UU. mandaram para o Rio um fotógrafo especialmente encarregado de fotografar e viver numa das nossas favelas. O moço veio, fez tudo direitinho e a revista "Life" publicou a reportagem. Senhoras americanas, principalmente solteironas ricas, choraram muito. Aliás há um tipo de senhoras que pretende resolver tudo na base da choradeira. Ninguém, que eu saiba, protestou. Somos um povo honrado, não negamos as nossas desgraças e hoje, mais do que nunca, sabemos que muitas delas são devidas à exploração imperialista, aos próprios Estados Unidos. Mas isso não foi dito na tal reportagem. O favelado que posou para as fotos recebeu dólares, as mencionadas senhoras promoveram coletas de dinheiro para que aquêle da Silva pudesse sair da favela, etc., que isso de caridade é como analgésico: não cura e só suavisa a dor por alguns minutos. Acho que devemos sempre apontar a miséria existente no Brasil, mas, reconhecendo-a e mesmo proclamando-a é contra ela que lutamos, não com caridade, mas com a certeza de que ela precisa ser resolvida pela luta, com justiça, já que todos somos iguais perante a lei e diante da vida. Por isso mesmo não devemos admitir que essa miséria, da qual os Estados Unidos são um dos pais, ou o pai, sirva de assunto para os outros países onde também a miséria existe, impera e governa.

A revista "O Cruzeiro" fêz uma ação que merece aplausos e aqui estou aplaudindo: mandou um fotógrafo brasileiro fotografar uma favela nos EE.UU. O depoimento fotográfico dêsse repórter é espantoso. Crianças morrem comidas pelas baratas e os ratos; é tão grande a tragédia que o último número dessa revista expõe que — com certeza — aquêle cronista social deve estar roendo as unhas e senhoras brasileiras devem chorar copiosas lágrimas. Esperamos que elas não resolvam ajudar (como sempre fazem) os favelados dos Estados Unidos promovendo chás de caridades e outras festas no mesmo sentido. Ah se elas pudessem compreender que a miséria é comum nos países capitalistas. Ah se elas pudessem compreender que não existe miséria nos países socialistas. Mas esperar compreensão dessa gente é coisa vã. Desejemos que elas (e êles) pelo menos tirem algum proveito com essa reportagem de "O Cruzeiro".

PAPEL E TAREFAS DA IMPRENSA ESTUDANTIL

Zuleika Alambert

"A Imprensa Estudantil deve manter-se em dia com a vida e ser o eco da atitude estudantil diante de todos os problemas contemporâneos". Essas são palavras do Comunicado aprovado no final dos trabalhos do II Seminário Internacional dos Redatores da Imprensa Estudantil recentemente realizado em Bucarest. Elas sintetizam a idéia de que as publicações estudantis em todo o mundo devem se transformar cada vez mais num instrumento vivo de análise dos grandes problemas que hoje despertam e estimulam o interêsse de milhares de estudantes em todos os países, capaz de captar fielmente suas reações diante dos mesmos e de orientar honestamente a juventude em face a cada fato concreto.

Os redatores da imprensa estudantil brasileira que participaram do Seminário de Bucarest, em suas intervenções expressaram o desejo de que também em nossa pátria surja uma imprensa estudantil que reflita, com exatidão, os fenômenos políticos, sociais e econômicos que somados constituem a realidade brasileira dentro da qual vivem e atuam os estudantes; que esteja cônscia de seu dever de ser a interprete da atitude positiva do movimento estudantil brasileiro em relação a tais fenômenos ou de causticar com críticas enérgicas a atitude negativa daqueles que, cegos ante as transformações que ocorrem no mundo e no país, querem, ainda hoje, manter tal movimento à margem das grandes causas nacionais ou acorrentado a fôrças bem conhecidas por suas posições reacionárias e obscurantistas.

Sabemos que para atingir aquêle objetivo não precisamos partir da estaca zero. Já existe, atualmente, em nosso país uma regular imprensa estudantil, constituída de aproximadamente 2.000 jornais secundaristas, centenas de publicações universitárias editadas pelos DD.AA., CC.AA. e UU.EE. Na maioria dos Estados, os jornais locais de maior circulação, via de regra, publicam, semanalmente, as chamadas «Páginas Estudantis» ou colunas estudantis feitas pelos próprios estudantes. Alguns dêles, como é o caso de O Metropolitano, da UME, da Revista Movimento da UNE, O Universitário, órgão oficial da FEURGS etc. podem competir com as melhores publicações do mundo capitalista. De modo geral, essa imprensa, como aliás ocorre com o movimento estudantil de nosso país, é uma imprensa honesta, democrática, independente e voltada para os principais problemas do Brasil e do mundo estudantil de nossa pátria. Faltam-lhe porém alguns elementos essenciais dos quais bem pouco temos falado. Pudemos sentir isso perfeitamente ao ouvir os interessantes relatórios críticos de experiências e sugestões, apresentados pelos redatores juvenis presentes ao Seminário de Bucarest.

Analisando de modo crítico essas falhas, ocorre-nos, em primeiro lugar, a idéia de que a imprensa estudantil brasileira deve ascender a uma nova etapa, passar da infância à adolescência. Isso exigirá, antes de tudo, uma melhor coordenação nacional dêsse trabalho. Realmente, falta às nossas publicações estudantis, grandes ou pequenas, um pensamento mais uniforme em tôrno de alguns princípios básicos de interêsse comum para o movimento estudantil.

Atualmente, existe uma grande variedade de jornais espalhados por todo o país, sem qualquer vinculação entre si nem mesmo para troca de experiências ou para intercâmbio de publicações. O resultado é que se torna impossível a ação unitária de tôda a imprensa estudantil em ocasiões em que isso se faz necessário, como, por exemplo, ocorreu durante os preparativos do último Seminário de Reforma Universitária ou ainda durante a última crise política que assolou o país.

O trabalho de coordenação caberia, é claro, às entidades estudantis, sobretudo nacionais, que não deveriam medir esforços para proporcionar um contacto periódico entre tôda a imprensa estudantil brasileira. Os Congressos, Seminários e Conferências organizados especificamente para êsse fim muito poderiam ajudar na concretização de tal objetivo. Da mesma forma, poderiam ajudar a organizar exposições de publicações e fotografias, lançamento de concursos de interêsse nacional, patrocínio de certas promoções etc. para os quais fôssem convidados todos os órgãos de imprensa estudantil. Em segundo lugar, devemos eliminar o caráter antiquado, provinciano, nada moderno, que ainda caracteriza nossa imprensa estudantil e para o qual muito concorre o seu conteúdo acadêmico, sua subliteratura que não revelam apenas mau gôsto mas sobretudo o desejo de fugir às questões essenciais e, em certo sentido, de alimentar a tese oportunista do "estudante como tal", isto é, o estudante como algo à parte da sociedade, encerrado no estreito limite de suas reivindicações próprias.

O movimento estudantil brasileiro já está aparelhado para possuir uma imprensa variada e de melhor qualidade. Basta para isso que ela finque o pé na realidade. Finalmente, trata-se de dar à nossa imprensa um maior contacto internacional, isto é, precisamos vinculá-la mais e mais à imprensa estudantil de todo o mundo e às tarefas gerais em que esta está empenhada. Independentemente de suas posições ideológicas, os nossos jornais estudantis têm o dever de dar uma importante contribuição à compreensão recíproca e à aproximação dos estudantes do mundo inteiro, no desenvolvimento contínuo da colaboração que constitui uma base importante para a unidade do movimento estudantil mundial.

O apoio à idéia da realização de uma Conferência Internacional única dos redatores de imprensa estudantil; a divulgação do progresso de preparativos para a realização da Mesa Redonda Internacional de Unidade do movimento estudantil; a difusão dos fins e programa do Festival Mundial da Juventude e dos preparativos que terá lugar em Helsink, bem como dos debates e conclusões do Fórum Mundial da Juventude realizado em julho em Moscou; o apoio enfim a tudo que manifestações que expressem o anseio da juventude e dos estudantes do mundo inteiro de viver em paz e amizade, de colaborar e de se entender reciprocamente no trato dos problemas fundamentais da juventude de nossa época. Em síntese, coordenação, melhoria da qualidade e maior intercâmbio internacional são três objetivos que devemos nos propôr alcançar, se quisermos colocar a imprensa estudantil de nosso país não só a altura do movimento estudantil que já possuímos, como também à altura das exigências nacionais e internacionais de nossa época.

ÁFRICA — AS RAÍZES DA REVOLTA

Jamais o público brasileiro teve oportunidade como hoje de pôr-se em dia com os grandes problemas em discussão no mundo. Um exemplo são as obras recentemente traduzidas, de autores norte americanos e outros, sôbre a revolução em Cuba. Temos agora outro exemplo neste **África — As raízes da revolta**, do inglês Jack Woddis, publicado em Londres.

Se no passado problemas assim se discutiam em outros países, podíamos ignorá-los, pois êles não nos diziam respeito imediatamente. A situação hoje é inteiramente diversa. Os destinos da revolução cubana, como o das lutas de libertação nacional dos povos da África nos interessam diretamente. São parte das lutas que travam os povos dos países coloniais e semi-coloniais por sua independência, são, portanto, a nossa luta também.

África — as raízes da revolta desvenda todo um panorama do que era até há pouco, do que é ainda hoje, e nos descortina um futuro que será na vida dos povos africanos. Um passado de escravidão, um presente de combates heróicos pela liberdade e o raiar de um novo dia para um Continente inteiro.

As formidáveis transformações que se operam hoje na fisionomia e nas profundezas da África resultam da vitória consolidada do socialismo numa grande parte do mundo, no após guerra. E estas transformações em cadeia se refletirão por sua vez em todo o globo terrestre. É ali na secular sementeira de escravos, que o imperialismo está sendo batido numa batalha de vida ou morte. Sua sorte, porém, já está definitivamente selada. O livro de Jack Woddis nos chama a atenção para a formação, nestes poucos anos, de uma vintena de novos Estados africanos independentes que impuseram a presença da África no concêrto mundial. A saga teve início em Gana — antiga Costa do Ouro — que se libertou da Inglaterra em 1957. Daí para cá, novas bandeiras de nações livres foram desfraldadas nos céus africanos, desde o Camerum até o Congo, da Guiné ao Senegal.

O estudo de Jack Woddis é minucioso e profundo quanto à economia, às condições de vida dos povos africanos, a brutal exploração que êles sofreram — e em grande parte continuam a sofrer — pelas potências coloniais. Abre o livro um capítulo que a um leitor brasileiro interessa muitíssimo: a terra. A devastação do solo por uma agricultura de rapina, com o fim exclusivo de obter produtos de exportação para as metrópoles européias ou para os Estados Unidos, sem levar em conta de modo algum as necessidades alimentares dos povos africanos. O habitante da África não tem a terra. Ela está nas mãos dos exportadores de produtos agrícolas, como o café, o cacau, madeiras, algodão e gêneros tropicais em geral. (Em muitos aspectos, grandes semelhanças com o Brasil, com a diferença de que lá os donos das plantations são estrangeiros e aqui são brasileiros. Mas o resultado é o mesmo: monocultura, monopólio territorial, falta de terra para a grande massa rural).

E como na agricultura, na exploração de minérios e em tudo o mais o africano não conta, ou não contava até há pouco. Prevalecia o interêsse do colonizador.

Inùtilmente tentam manter êsses interêsses a ferro e fogo como os colonizadores franceses na Argélia, os portugueses em Angola, os belgas ainda no Congo conflagrado por lacaios do imperialismo como Tchombe, o assassino do grande líder congolês Patrice Lumumba.

Merece especial atenção neste estudo a parte dedicada às colônias portuguêsas, sobretudo Angola, onde existem, segundo Woddis, cêrca de 400 mil escravos.

O livro de Jack Woddis é uma mensagem de esperança na próxima e completa emancipação dos povos africanos — não simplesmente emancipação política, mas também econômica, favorecida hoje pela existência de países socialistas dispostos a ajudar desinteressadamente o desenvolvimento econômico e o progresso dos povos que conquistam sua independência.

A África está intimamente ligada ao Brasil pelo sangue e pela história. A sua epopéia libertária nos aproxima e é com alegria que lemos as palavras finais do trabalho de Woddis: "Tudo o que fermentava sob o solo quente da África explodiu sùbitamente com tôda a sua fôrça e majestade... As areias continuam correndo, o povo africano se levanta. E o sistema colonial na África tem os dias contados".

R.F.

(*) Zahar Editôres, Rio, 1961

RÁDIO DE MOSCOU INSTITUI "CONCURSO CÓSMICO"

A Rádio Central de Moscou acaba de instituir um "Concurso Cósmico", dedicado ao vôo do astronauta soviético Guerman Titov, no "Vostok II".

Serão premiados com retratos autografados de Titov e com selos editados em comemoração a seu vôo, os primeiros ouvintes que responderem de forma mais exata e completa a uma série de três quesitos. Os selos terão um carimbo especial.

As perguntas são as seguintes:

1) Quanto tempo Guerman Titov estêve no Cosmos e qual a distância percorrida pela astronave "Vostok II"?

2) Quais as atividades realizadas pelo astronauta n. 2 durante o vôo, previstas pelo programa?

3) Qual foi o problema principal da astronáutica solucionado pelo vôo da astronave "Vostok II" com Titov a bordo?

Barnabés Exigem Abono Enquanto Lacerda Faz Chantagem Com o Aumento

Além de empenhados em conseguir aumento em seus minguados vencimentos, a partir de 1º de janeiro do próximo ano, os "barnabés" cariocas estão voltados neste momento para a conquista de um abono de cinco mil cruzeiros mensais, através do projeto ora em tramitação pela Assembléia Legislativa. No momento em que encerrávamos os trabalhos desta edição a Comissão de Constituição e Justiça do Legislativo iniciava uma reunião no decorrer da qual a proposição que instituí o abono iria ser examinada. Grande era o número de servidores, como ocorreu igualmente segunda e terça-feiras, que se dirigia ao Palácio Tiradentes para acompanhar de perto o andamento do projeto. Muitos dos funcionários reclamavam a decisão da mesa da Assembléia de só permitir acesso às galerias da casa aquêles que estivessem de paletó e gravata. A resolução fôra tomada por solicitação do deputado Raul Brunini, vaiado nas sessões anteriores ao pronunciar-se contra o aumento — e contra o abono também.

LACERDA FAZ CHANTAGEM

Enquanto isso o governador do Estado insiste em manter sua posição de não enviar aos deputados a mensagem solicitando o aumento pleiteado pelos servidores. Procurado por êstes, que na sexta-feira última foram em passeata até o Palácio Guanabara, após realizarem rápido comício nas escadarias do Teatro Municipal, tentou ludibriá-los, afirmando, numa tentativa de jogar o funcionalismo contra a Assembléia e tirar de si a culpa pela situação de penúria em que se encontram os lares dos "barnabés", que sem a aprovação das mensagens do Código Tributário e da Reforma Administrativa, o Estado não tem condições de propor uma melhoria nos vencimentos de seus servidores. A grande massa postada defronte os portões do Guanabara (o governador mandou fechar e guarnecer policialmente tôdas as possibilidades de acesso à sede do govêrno, mal soube que a passeata dos "barnabés" alcançaram a rua Paissandu), percebendo a chantagem, vaiou estrepitosamente os emissários lacerdistas, que trouxeram o comunicado da sala onde o governador refugiara-se. Entre outras razões, porque o funcionalismo, como de resto tôda a população, sabe perfeitamente que a aprovação do Código Tributário seria o caos, pois aumentaria de uma maneira asfixiante o custo de vida, uma vez que tal mensagem prevê, entre outros, um acréscimo de 25 por cento no impôsto de vendas e consignações, o que seria catastrófico, sabendo-se que êste impôsto incide, às vêzes, até em quatro ou mais operações de compra e venda. Quanto à Reforma Administrativa o funcionalismo, melhor do que ninguém, sabe tratar-se de um golpe para o governador poder distribuir cargos destinados a "amaciar" certos parlamentares hostis ao livre trânsito de mensagens como a dos telefones e outras.

"Barnabés" cariocas concentrados em frente ao Teatro Municipal promovem comício pelo aumento de seus salários de fome. Daí partiram em passeata pelas ruas da cidade, rumo ao Guanabara, onde pretendiam parlamentar com Lacerda. O governador, tomado de pânico, negou-se a recebê-los e trancafiou-se numa das dependências do Palácio, sòmente vindo a sair após às 22 horas. Mesmo assim foi vaiado por dezenas de servidores que ainda o aguardavam.

CONGRESSO DA UME: PUNIR GOLPISTAS E AFASTAR CARLOS LACERDA DO GUANABARA

Prestigiado por conferências, discursos e visitas de, entre outras personalidades, um presidente da República (sr. João Goulart), um presidente do Conselho de Ministros (sr. Tancredo Neves), dois governadores de Estado (Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e Mauro Borges, de Goiás) e de um líder nacional da estatura do deputado Francisco Julião, realizou-se, de 24 de setembro a 1º de outubro, o XVIII Congresso Metropolitano dos Estudantes, conclave reunido para apreciar os relatórios e a tomada de contas da diretoria da União Metropolitana dos Estudantes, deliberar sôbre problemas estudantis, educacionais, políticos e sociais constantes de seu temário, eleger o Tribunal Eleitoral Metropolitano dos Estudantes (TEME), organismo que processará as eleições para a nova diretoria da UME. O pleito terá início no dia 16 do mês em curso, não sendo conhecidas até o momento em que encerramos os trabalhos desta edição as composições das duas chapas que deverão disputá-lo. Para a presidência do TEME o congresso escolheu o universitário Roberto Francisco Marchesini, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado da Guanabara. A reunião funcionou com intenso trabalho de comissões e de plenário, tendo as sessões plenas terminadas invariàvelmente pela madrugada. Foram aprovados relatórios e tomada de contas da diretoria que ora expira seu mandato, relatórios das diversas comissões específicas criadas durante o encontro e inúmeras moções e resoluções de outro caráter.

LACERDA REPUDIADO

Por proposta da comissão de problemas nacionais, o congresso aprovou por unânimidade o seguinte tópico do seu documento final: PROBLEMAS ESTADUAIS: Considerando que os principais problemas da Guanabara continuam sem solução, considerando que as mensagens do governador à Assembléia Legislativa (código Tributário, COTEC, COPEG, etc.) são impopulares, visando apenas favorecer os grupos econômicos que o elegeram (Light, Exportadores, etc.); considerando a atuação fascista do governador na última crise político-militar, na qual agiu clara e ostensivamente contra o povo em geral e contra os estudantes em particular, o congresso resolve: a) repudiar as mensagens do governador à Assembléia Legislativa; b) exigir da Assembléia Legislativa a aprovação do pedido de "impeachment", encarecendo a todos os Diretórios Acadêmicos e à UME a necessidade de campanhas de esclarecimento do povo nesse sentido; c) apoiar integralmente a moção do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas da Guanabara, pedindo a expulsão de Carlos Lacerda da Sociedade Interamericana de Imprensa.

PRINCÍPIOS

Grande parte das decisões do congresso está relacionada com questões de administração da UME, tendo sido aprovado um extenso Programa Mínimo Administrativo. Os problemas educacionais também foram dos temas mais debatidos, ficando acertada para o quanto antes a realização do II Seminário Metropolitano de Reforma Universitária. Ainda no terreno da Reforma Universitária decidiu o congresso a criação, pelos DDAA e DCEE das diferentes faculdades e universidades, de grupos de estudos do assunto. Hipotecou, ainda, o conclave, um voto de confiança à comissão especial da UNE que estuda a questão.

Das comissões, talvez a que mais exaustivamente trabalhou tenha sido a de problemas internacionais. E dentro do que esta realizou cumpre destacar a análise feita da recente conferência econômica de Punta del Este ("Aliança para o Progresso"). Esta comissão sugeriu e o congresso aprovou uma moção de aplauso à resolução do XXIV Congresso Nacional dos Estudantes (realizado em julho último em Niterói) de filiar a UNE às duas entidades internacionais de estudantes: UIE e COSEC.

Da Declaração de Princípios do Congresso, aprovada por unânimidade, convém ressaltar os seguintes tópicos:

"Lutamos, não por uma 'democracia' de fachada, que serve sòmente à classe dominante, escravizando o povo e calando a sua voz. Lutamos, sim, mas por um sistema que possa realmente defender os ideais e princípios populares. Por isso nos batemos pela preservação das liberdades democráticas e combatemos violentamente qualquer tentativa de golpe, aberta ou velada. Neste sentido exigimos a punição dos militares envolvidos na recente tentativa golpista e o afastamento do governador Carlos Lacerda."

"A classe estudantil vem até agora se mantendo unida, e esta unidade se faz cada vez mais necessária. Reafirmamos aqui nosso apoio total à UNE, que tão bem vem representando o pensamento e os anseios dos estudantes brasileiros."

"Exigimos uma reforma agrária radical, a eliminação do latifúndio improdutivo, a nacionalização das indústrias de base, o contrôle da remessa de lucros para o exterior, a luta contra o capital estrangeiro escravizador e a lei antitruste. Reafirmamos nosso apoio incondicional às Ligas Camponesas e as outras formas de associação dos trabalhadores rurais."

"A reforma do ensino em geral e a reforma universitária em particular são instrumentos fundamentais para a realização de nosso processo de desenvolvimento e emancipação."

"Defendemos intransigentemente a Escola Pública e repudiamos qualquer projeto privatista: dinheiro público só para a Escola Pública."

"No plano externo pugnamos pela autodeterminação de todos os povos. Queremos manter relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os países, pois êste é o único meio de nos irmanarmos para a luta necessária à conquista de uma sociedade nova e humana, em dimensão planetária."

"Repudiamos aqui o colonialismo e reafirmamos nosso apoio a tôdas as nações colonizadas, na luta pela sua independência e pelo seu desenvolvimento. Exigimos também uma paz universal. Para isto é necessário que se faça urgentemente o desarmamento total, e, de imediato, a cessação das experiências atômicas. Não é mais possível que num mundo cheio de tantos desequilíbrios e contrastes, desviem-se para criminosos fins militares somas fabulosas que, por direito e justiça, devem ser empregadas para o desenvolvimento do homem. Precisamos esmagar estas virulentas fôrças econômicas que, em proveito próprio, querem desencadear no mundo a apocalipse final."

"Cabe aos estudantes lutar unitàriamente para que êstes ideais se tornem realidade. Para isto devemos reforçar a Aliança Operário-Estudantil, representante verdadeira da consciência nacional."

REFORMA VENCE ELEIÇÕES NO CACO

As eleições para a diretoria do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (da Faculdade Nacional de Direito), realizadas segunda-feira última, foram vencidas pelo Movimento de Reforma, tradicional agrupamento progressista que restava à margem da direção do CACO desde 1957. E' nôvo presidente do mais conhecido diretório acadêmico da Guanabara o estudante José Carlos Brandão. A chapa por êle encabeçada obteve a mais ampla maioria observada até hoje em eleições na Faculdade Nacional de Direito: mais de duzentos votos de frente.

UNE Responde Infâmias de Lacerda

Com o título de "A UNE responde a Lacerda" a União Nacional dos Estudantes distribuiu à imprensa uma nota oficial assinada por seu presidente, acadêmico Aldo Silva Arantes, através da qual os universitários repelem as infâmias assacadas contra êles e contra sua entidade pelo governador da Guanabara, em sua última arenga do fim da semana passada pelas emissoras de TV.

MENTIROSO

Diz o documento dado a público pelos estudantes:

"O sr. Carlos Lacerda não nos perdoa a demonstração de unidade e firmeza de idéias em que se resumiu o último Congresso Nacional, e nossa eleição, por maioria mais do que absoluta, quase unânime. Êle que muda de idéias ao sabor das circunstâncias, êle que é governador graças a uma maioria que se confunde com um equívoco.

Não nos perdoa a vigilância democrática, a defesa dos humildes, a luta contra os poderosos e os privilégios de uma minoria contra a fome da maioria, a reivindicação de reformas de base.

Não nos perdoa a luta patriótica que sustentamos contra um esquema político-militar fascista que procurava, em nome da democracia, garrotear a liberdade; não nos perdoa havermos recebido em nossa casa para um diálogo com o povo, o supremo mandatário da Nação, pela coincidência dêste mandatário ser João Goulart e não Lacerda; não nos perdoa haver estado em nossa casa o primeiro-ministro, pelo "êrro" dêsse homem público ser Tancredo Neves; não nos perdoa ter vindo a esta casa, discutir conosco, o ministro da Educação, pelo fato de Oliveira Brito não ser Carlos Lacerda. Não nos perdoa haver esta casa recebido, em festa e de braços abertos, os governadores Leonel Brizola e Mauro Borges pelo "crime" de, nenhum dos dois sendo Carlos Lacerda, haverem levantado em seus Estados, contra a prepotência armada, a bandeira da legalidade que o lacerdismo procurava rasgar. Não nos perdoa havermos abrigado nesta casa, que é do povo, os servidores estaduais que passam fome enquanto seu governador lhes mente e veraneia em Nova Iorque. Não nos perdoa continuarmos rindo de seus ardovinos, de seus sizenos, de seus padilhas, pobres diabos a serviço de um infeliz.

Desde que assumimos a direção desta Entidade, até esta data, temos sido alvo, gratuitamente, do ódio hepático do momentâneo governador.

Preocupados em permanecer fiéis ao momento histórico, a pensar como jovens, sem compromissos com grupos, procurando realizar a obra para cuja concretização nos apresentamos à luta, não temos tido, nos intranqüilos dias atuais, tempo suficiente para desperdiçá-lo respondendo àquele que acusa sendo denunciado, que nos chama de comunistas por não sermos fascistas, que agride a imprensa em nome da imprensa, esmaga a liberdade em nome da liberdade, vilipendia a democracia em nome da justiça, arma a insegurança e a desordem em nome da segurança e da ordem. Daquele que não governa, em nome do govêrno.

AGITADOR BARATO

A nossa superioridade de espírito, desconhecendo a existência da insignificância, por mais incômoda, todavia, não pode e não deve perdurar. Nem o escárneo do silêncio, nem o gêlo do desconhecimento, Carlos Lacerda nos merece. Pela primeira e última vez, esgotados de tanta agressão insólita e covarde, vimos ao povo dêste Estado restabelecer a verdade negada, mentida, contorcida, esbulhada propositada e friamente. Não nos vamos defender, pois no arrozoado do governador nada encontramos que mereça maior consideração. Não podemos permitir é que se continue, impunemente, agredindo uma Entidade que é acima de tudo trincheira da democracia. Não nos cabe culpa se o sr. Carlos Lacerda ainda não aprendeu a viver no regime democrático. O jôgo da intriga, do reacionário e fascista que fala em democracia para negá-la na primeira oportunidade, todavia, tem o seu limite. Até quando se fará profissionalização do desrespeito ao povo? Não é possível que, em nome de um anticomunismo de indústria e rendoso, agrida-se a sociedade, destruam-se seus valores, desgoverne-se um Estado, intranqüilize-se uma população que exige paz para poder progredir.

Até quando o governador, como governador, não passará de um agitador barato?

VEDETE DA PROVOCAÇÃO

Em seu último programa, a vedete da provocação voltou a agredir-nos para poder defender-se do indefensável. E, à falta de argumentos, embarcou, o panfletário, na canoa furada das nossas minguadas verbas orçamentárias. Nem original conseguiu ser, repetindo uma acusação vazia que, na sua época, mereceu resposta pronta. Anualmente, a Tesouraria da União Nacional dos Estudantes apresenta, em Congresso de milhares de universitários, o balancete de suas atividades, que, aprovado, é encaminhado à Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, a quem nos compete prestar contas. Essas, estão no MEC, a quem caberá, quando se procura confundir, informar da lisura do nosso comportamento e a quem pedimos que, se puder parar a máquina para perder tempo com o Lacerda, esclareça a opinião pública, a quem, e só a quem, devemos satisfações. Poderá o moralista, todavia, seguir idêntico processo, explicando, por exemplo, qual o destino das verbas da Fundação Otávio Mangabeira, que, de tão pútrida, ela sim, não merece o patrono que tanto honrou a política brasileira?

Não nos interessa a polêmica com quem nada tem o que fazer, e procura polêmica exatamente para que o povo, distraindo-se, não tome consciência da inutilidade que o governa. Se o governador não quer governar, nós continuaremos a governar nossa entidade. Se êle não tem compromissos com o povo da Guanabara, nos os temos com os universitários brasileiros. Se o povo da Guanabara não mais confia em seu governante, os universitários confiam em seus líderes. Absorvidos pelo trabalho, cumprindo o nosso mandato, não podemos desperdiçar fôrças com quem, nem como adversário, rancoroso e desonesto, nos interessa. E com Lacerda não se deve perder tempo em polêmicas. Nós, que não servimos para "sacos de pancadas", quando entendermos que é chegada a hora de perder tempo com a inutilidade que nos governa, saberemos, e muito bem, o que se tem por fazer".

«Indústria Farmacêutica é Capital Estrangeiro»

Apresentando farta documentação, a dra. Maria Augusta Tibiriçá Miranda — em prosseguimento ao ciclo de palestras sôbre problemas nacionais promovido pelo CEDPEN — proferiu na ABI, têrça-feira, dia 8, a conferência "Indústria Farmacêutica e Capital Estrangeiro", focalizando as causas gerais do encarecimento do custo dos medicamentos.

Deteve-se a conferencista na dominação do capital estrangeiro na indústria farmacêutica, provando, com números, ser êste o principal fator não só do alto custo dos remédios, como do esmagamento da indústria representada pelo capital nacional. Falou na evasão de dólares em "royalties" e lucros, e apresentou quadro de John Rivoire ("Visão da Progressão do Mercado Americano de 1958 a 1968) em que, logo depois dos hormônios e corticosteróides estão os tranqüilizantes, símbolo de uma sociedade angustiada e de uma época. A dra. Maria Augusta concluiu demonstrando a necessidade de medidas governamentais que só virão sob pressão da opinião pública, que deve ser esclarecida. Apontou algumas dessas medidas: contrôle imediato dos preços da matéria-prima e dos próprios produtos; criação pelo govêrno da indústria de base; medidas de proteção cambial para a indústria brasileira; criação de centros de pesquisas; financiamento para laboratórios verdadeiramente brasileiros, até à nacionalização dos grandes laboratórios.

Entre as personalidades que participaram da mesa dirigente dos trabalhos, anotamos o dr. Nilson Guimarães, presidente da Sociedade Brasileira de Higiene, dr. Arnoldo Beiró, diretor do serviço de saúde dos portos, general Felicíssimo Cardoso, presidente do CEDPEN, coronel Luiz Bayardo da Silva, presidente da ADISEB, professor Carneiro Leão e engenheiro Murilo Coutinho.

Cartas dos Leitores

ANTÔNIO BANDEIRA

Faleceu na última sexta-feira, dia 22, no Sanatório S. Teresa, onde se achava internado, o militante comunista Antônio Bandeira, funcionário da emprêsa estadual de transporte de Campo Grande.

Antônio Bandeira, que participou ativamente da recente luta do povo carioca contra o golpe e o terrorismo do sr. Carlos Lacerda, era um abnegado combatente pela causa da libertação nacional e do socialismo. Os comunistas de Campo Grande prestaram uma sentida homenagem à memória de seu companheiro.

MANOEL SILVINO DA FONSECA

Faleceu no dia 19 de setembro Manoel Silvino da Fonseca, velho militante comunista, deixando viúva a sra. Placidina da Fonseca. Seus companheiros do Ministério do Trabalho foram ao cemitério do Caju levar as últimas homenagens ao querido companheiro.

SABO FAZ APÊLO

A Sociedade de Amigos de Bonsucesso (SABO), pelo seu presidente, Liborni Siqueira, faz um apêlo aos leitores de NOVOS RUMOS para que colaborem para a organização da biblioteca da entidade. A remessa de livros pode ser feita diretamente à sede da Sociedade (av. dos Democráticos 801-803 — gr. 303) ou então através de comunicação de oferta que poderá ser feita pelo telefone 30-9871.

Cineclubismo — Manuel

Cinema Russo

Anuncia o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro que realizará, nos meses de outubro e novembro, o Festival «A História do Cinema Russo», nos moldes dos festivais Americano, Francês e Italiano, realizados nos anos anteriores. A presente mostra compõe-se de sessenta programas completos, desde o início até o atual cinema russo. Brevemente publicaremos a relação dos filmes a serem exibidos, assim como os preços e locais de venda das assinaturas. Com êsse Festival, o Museu de Arte Moderna do Rio completa um verdadeiro curso de arte cinematográfica, pois apresenta as principais realizações do cinema em todo o mundo, de vez que em quatro anos consecutivos consegue promover exibições de antologias dos mais importantes centros produtores da Sétima Arte, isto é: Estados Unidos, França, Itália e União Soviética.

CHANTAGEM

Continua a chantagem dos proprietários dos cinemas desta cidade a respeito dos preços dos ingressos. Mediante a exibição de programas duplos: um filme nacional — geralmente muito velho e ruim — juntamente com qualquer outra fita estrangeira, os exibidores aumentam livremente o preço das entradas, baseados em Portaria da COFAP que liberou os preços para o filme brasileiro. Com isso, qualquer poeira da cidade está cobrando oitenta e até cem cruzeiros por duas horas de chanchadas e abacaxis de tôda ordem, sem a menor interferência das autoridades federais ou estaduais (será que existem? Nessas horas, o Serviço de Censura e seu tristemente célebre chefe, desaparecem completamente. O Serviço de Fiscalização da COFAP também nem dá ar de sua graça.

FILMES DA SEMANA

Esta semana parece-nos um pouco melhor que a anterior; podemos anotar e recomendar pelo menos alguns filmes divertidos. Temos o musical norte-americano «Porgy & Bess», com músicas de Gorge Gershwin; no filme destacam-se os artistas Dorothy Dandridge (Carmen Jones) e Sidney Poitier, em exibição no Vitória. — O Art-Palácio de Copacabana, apresenta uma comédia italiana com Vitório de Sica, Alberto Sordi e Marcelo Mastroianni (O Belo Antônio), intitulada «O Médico e o Charlatão»; o filme foi escrito e dirigido pelos mesmos cincastas de «Eternos Desconhecidos», isto é: Age & Scarpelli (história) e Mário Monicelli (direção). — «Crime e Castigo» é outro filme que merece ser visto; trata-se de uma modernização cinematográfica do célebre romance de Dostoievski, agora pelas mãos de produtores independentes de Nova Iorque (abordado na semana passada); direção de Denis Sanders; nos cinemas Rivoli, Paissandu e Paris-Palace.

CINECLUBE NOVOS RUMOS

Muito interessante é a programação dos cineclubes cariocas e fluminenses. Dia 5, às 18,30 horas, o Cineclube ABD apresentará o filme tcheco «Capitão Hussita», na Av. Pres. Wilson, 210 — 5º andar. — Dia 6, às 20,30 horas, o Clube de Cinema do Rio de Janeiro exibirá o excelente japonês «O Túmulo do Sol», na Av. Pres. Wilson, 164 — 6º andar. — Dia 7, às 20,30 horas, o Clube Fluminense de Cinema apresentará a comédia italiana «Nápoles Milionária», na Praça da República, 9, em Niterói e o Centro Petropolitano de Cinema, o filme «Amantes de Verona», às 20,30 horas, no Auditório do Museu Imperial, Petrópolis.

«12 anos de Nova China»

A Sociedade Cultural Sino-Brasileira superlotou o auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no 9.º andar do edifício Hebert Moses, ao realizar, segunda-feira, dia 2, uma conferência do advogado Sinval Palmeira — "12 anos de Nova China" — em comemoração do 12.º aniversário da Revolução Chinesa.

Inúmeras personalidades foram convidadas a ocupar a mesa diretora dos trabalhos. Entre outros, o professor Mário Fabião, desembargador Alfredo Cumplido Santana, dr. Alvaro Dória, professor Alberto Latorre Faria, jornalistas Pimentel Gomes, Encida e Aparício Torelli, desembargador Henrique Fialho e sra., D. Branca Fialho, pianista Arnaldo Estrêla e engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa.

Na ocasião foi empossada a nova diretoria da entidade, com o professor Antônio Fabião na presidência e o jornalista Paulo Silveira na secretaria. A foto apresenta-nos um aspecto da mesa, quando falava o conferencista.

A Cidade — Ana Montenegro

Território Livre (III)

Em Cuba, como nos demais países socialistas, acabaram-se os privilégios, isto é, acabou-se a exploração do homem pelo homem. Mas para as crianças a revolução estabeleceu grandes privilégios. E isto é uma das características mais humanas das sociedades socialistas. Há uma expressão usada por Fidel para situar moral e materialmente os povos que vivem na dependência do imperialismo: «ausência de futuro». Aquelas crianças de Cuba estão na presença de um futuro que começou na hora da libertação e que se desdobra num mundo nôvo de perspectivas felizes.

As cidades escolares se multiplicam. Lá onde começam os contrafortes de Sierra Maestra, por exemplo, encontramos a cidade escolar Camilo Cienfuegos. Os camponeses trazem os seus filhos em lombo de animais de longas distâncias e lá êles descobrem tôdas as belezas de um conhecimento que, antes, sempre lhes fôra negado. Ali, os meninos aprendem as coisas da vida e dos livros. As coisas de Cuba. Pela primeira vez nas escolas primárias é adotada uma geografia da ilha. E tôdas as composições escolares das crianças, que nos recebem com a sua própria banda de música, giram em tôrno dos problemas da terra que, agora, pertencem àqueles meninos, e que pertencerá às gerações futuras e não aos latifundiários. De como torná-la produtiva. De como foi conquistada. As composições são impressas pelos alunos, numa prensa copiadora. Os problemas giram em tôrno do plantio, das despesas, enfim, da contabilidade de uma propriedade coletiva. São, também, os alunos que dirigem a escola, disciplinarmente. Um dos castigos aplicados, e o mais rigoroso, é proibir ao faltoso de participar dos trabalhos coletivos. Isso mostra o grau de amor da criança pela sociedade em que vive, que é a miniatura de tôda a sociedade que a cerca.

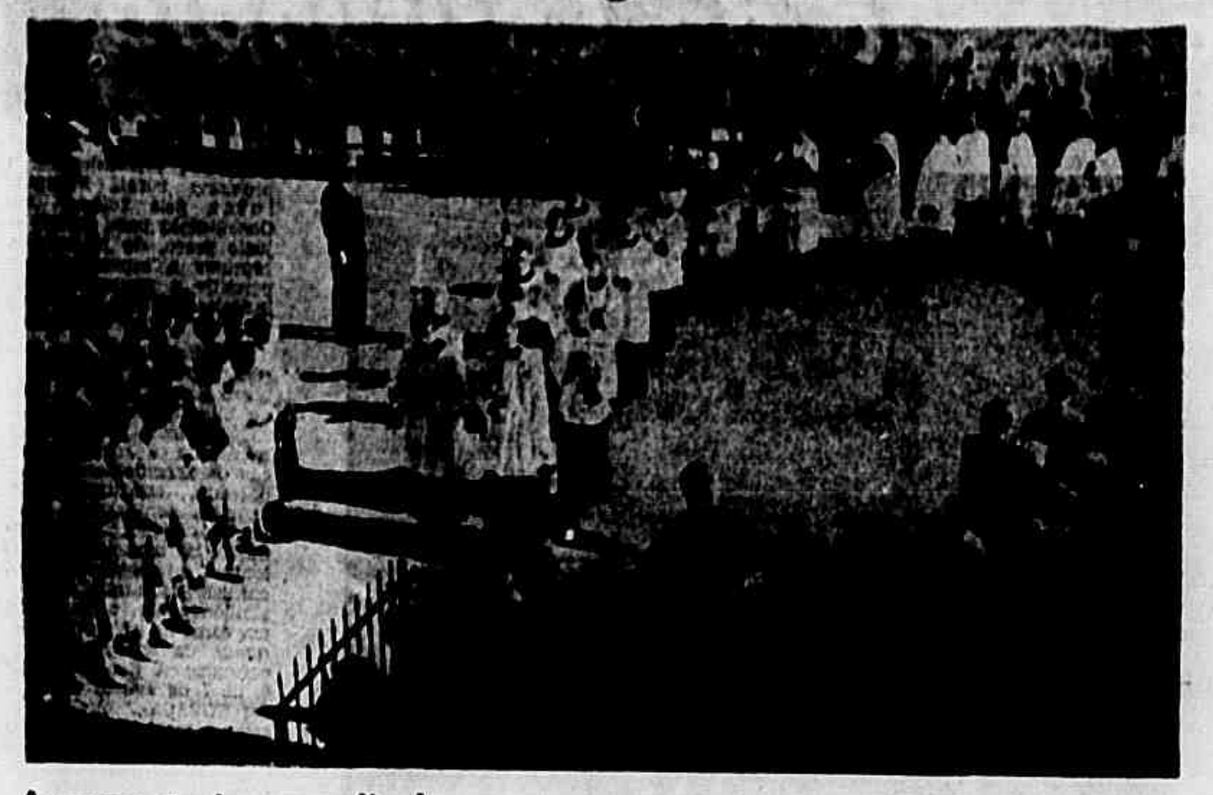
Há escola para filhos de pescadores. Os filhos de trabalhadores, os filhos de camponeses cujo futuro era o da ignorância e da miséria, hoje, estão alojados naquêles prédios onde, antes, funcionavam os colégios da burguesia, onde todo o ensino era ministrado em inglês. Naturalmente, os filhos dos que ficaram em Cuba, servindo ao seu povo e aos interêsses de sua pátria, continuam nos mesmos que freqüentaram, sem alteração. Só que não pagam nada: os colégios foram todos nacionalizados. Chegou ao fim a indústria criminosa do ensino, o tráfico imoral da cultura.

Falamos com filhos de empregadas domésticas que encontramos na rua, por acaso: Que fazem vocês? — «Estudamos. Tôdas as crianças estudam, depois da revolução». Pois é, tôdas as crianças estudam nos países socialistas. Na verdade, não devíamos ter feito uma pergunta tão sem cabimento.

Visitamos dezenas de círculos infantis, onde as crianças ficam, enquanto as mães trabalham. Com o desenvolvimento industrial, explicavam, a mulher participa, cada vez mais, da produção, e as mães precisam de um lugar adequado para deixar os filhos. Quando olhava para aquelas casas construídas com tanto amor, aquelas camas com fôrro colorido e aquêles brinquedos espalhados por tôda a parte, que vontade de reproduzi-los por aqui!

Visitamos, também, as praias populares. O mar que sobrava para os meninos de Cuba era muito distante. E quando veio a revolução as praias particulares, as piscinas dos hotéis de luxo, os clubes fechados, puderam ser freqüentados por todos. E os meninos, brancos, pretos, ricos e pobres misturam sua alegria por todos os recantos bonitos e agradáveis, sem privilégios. Assim vivem as crianças de Cuba, primeiro território livre da América.

Berlim 13 de Agôsto: Barreiras Isolam Sabotagem e Provocação!



Argumento irrespondível

A onda de calúnias que a imprensa de aluguel assaca contra os países socialistas, e em particular, ùltimamente, contra a República Democrática Alemã, tem um dos seus aspectos principais na exploração do sentimento religioso dos povos. Afirma-se comumente que naqueles países não existe liberdade de culto. A foto acima é um argumento irrespondível contra as calúnias: trata-se de um aspecto da procissão há pouco realizada em Berlim Oriental, para comemorar a entronização do nôvo Bispo diocesano da cidade.

Correspondência especial de Berlim para NR de **Fausto Cupertino**

O 13 de agôsto dêste ano não caiu numa sexta-feira, mas foi, sem dúvida o dia mais azarado dêstes últimos anos para os senhores da guerra instalados no govêrno de Adenauer. As medidas de segurança adotadas pelo govêrno da República Democrática Alemã naquele dia foram uma verdadeira bomba lançada nos meios militaristas de Bona e de Berlim Ocidental. Para se ter uma idéia do que representaram estas medidas, basta considerar alguns de seus aspectos e conseqüências principais.

Por meio do mercado negro, do funcionamento de centenas de "casas de câmbio", que na verdade não passavam de agências oficializadas de câmbio negro, e de outros "privilégios do mundo livre", Berlim Ocidental causava um prejuízo anual de cêrca de 3 bilhões de marcos à RDA, ou seja, um roubo de aproximadamente 800 milhões de dólares.

Um dos exemplos mais claros dêstes métodos de sabotagem econômica eram os chamados "Grenzgaenger", isto é, os "atravessadores de fronteira". Em Berlim Oriental moravam cêrca de 60 mil pessoas oficialmente registradas como trabalhando em Berlim Ocidental. Além dêstes, muitos outros tinham atividades remuneradas de vários tipos em Berlim Ocidental, sem ser entretanto registrados como tal. Estas pessoas pagavam aluguel de casa, compravam alimentos e tudo o mais em Berlim Democrático, a preços mais baixos e em marcos orientais, mas recebiam seus salários em marcos ocidentais e os trocavam por marcos orientais nas famosas "casas de câmbio". Por exemplo: um trabalhador dêste tipo recebia 500 marcos de salário em Berlim Ocidental e os trocava, à razão de 4 por 1, por 2 000 marcos orientais, com os quais, entretanto, podia comprar 4 vêzes mais coisas do que permitiria seu salário real, já que as duas moedas têm na prática, o mesmo valor.

Ao mesmo tempo, êstes mesmos "atravessadores de fronteira" e outros agentes de Berlim Ocidental compravam no setor democrático mercadorias que aqui são muito mais baratas para revendê-las no mercado negro do outro lado. Foi com esta "liberdade de comércio" que se acabou a 13 de agôsto.

PROVOCAÇÃO POLÍTICA

Da mesma forma que era um centro de sabotagem econômica contra a RDA, Berlim Ocidental tem servido durante êstes anos todos depois da guerra e especialmente depois de 1948, como foco de provocações políticas. Com a perspectiva da assinatura do tratado de paz com a Alemanha, seja com todos os países, seja em separado entre a RDA e os países que o desejarem, em particular com a União Soviética e demais países socialistas, aguçou-se ainda mais a histeria belicista e revanchista dos herdeiros do nazismo. A atividade das centenas de agências e organizações oficiais, oficiosas ou extra-oficiais de caráter fascista em Berlim Ocidental aumentou assustadoramente. Os círculos políticos irresponsáveis de Berlim Ocidental acreditavam ou fingiram acreditar que poderiam levar até o fim sua política de chantagem e de "fôrça". Um dia antes do naufrágio, a 12 de agôsto, os jornais de Berlim Ocidental e de Bona afirmavam, seguindo os políticos com sede naquelas cidades, que o que êles chamam de "cêrco" de Berlim Ocidental não viria em hipótese alguma. No dia 13, às duas horas da madrugada, era o fim...

Começou então o êxodo. Há alguns dias atrás, passavam por um dos postos de contrôle da RDA nas rodovias que ligam Berlim Ocidental à Alemanha Ocidental 91 caminhões com mudanças. Essa cena se repete diàriamente em todos os outros postos de contrôle. Nas palavras de um jornal burguês de Franqueforte, "a vitrina do mundo ocidental criou rodas"...

AVENTURA MILITAR

Há ainda outro aspecto importante da questão, o que diz respeito à aventura militar que os velhos generais nazistas que comandam o nôvo exército fascista alemão preparavam para depois das eleições alemãs, marcadas em ambos os lados para 17 de setembro. Segundo o chefe do govêrno democrático alemão, Walter Ulbricht, denunciou e o próprio Adenauer reconheceu veladamente algum tempo depois, o plano consistia no seguinte:

Em primeiro lugar, agentes vindos de Berlim Ocidental e da Alemanha de Bona provocariam uma "rebelião popular" na RDA, especialmente em Berlim democrático, utilizando-se da relativa facilidade para atravessar as fronteiras na ocasião. Imediatamente após o exército neofascista entraria em ação para "ajudar os irmãos escravizados do leste".

Abortados seus planos com as medidas de segurança adotadas pela RDA, ainda procuraram os militaristas de Bona criar um ambiente de histeria bélica imediatamente depois do 13 de agôsto. Mais uma vez, porém, viram seus planos naufragarem. Além de tranquilidade absoluta que passou a reinar em tôda a RDA, os sonhos destes senhores se chocaram com a dura realidade que lhes foi presenteada pela classe operária dêste lado da Alemanha. Sòmente em Berlim, algumas dezenas de milhares de operários armados participaram ativamente, ao lado de contingentes de polícia e do exército populares, do patrulhamento das fronteiras. Em lugar do desejado descontentamento popular o que se viu foi isto: apoio total, inclusive armado, ao Estado socialista alemão.

Como os próprios jornais da Alemanha Ocidental em sua quase totalidade reconheceram, o 13 de agôsto significou o fim de uma política aventureira e não podia deixar de manifestar-se nos resultados das eleições.

ULBRICHT GANHA, ADENAUER PERDE

Dos 12.517.444 eleitores da RDA, 12.378.215 compareceram às urnas e apenas cinco mil votaram contra as listas apresentadas pela "Frente Nacional" para o congresso e as câmaras legislativas regionais e municipais. Dos 250 mil candidatos apresentados nas listas, 15 mil dos quais católicos e um número ainda maior de protestantes, apenas 322 foram rejeitados pelos eleitores. Em outras palavras, 98,89% dos eleitores votaram e os votos contrários não chegaram a .... 0,01% do total.

Vejamos então o que se passou do outro lado da chamada "cortina de ferro". Cêrca de uma centena de candidatos da "União Alemã para a Paz" foram presos antes das eleições e tiveram suas candidaturas rejeitadas, o mesmo acontecendo com grande número de candidatos comunistas apresentados em listas independentes, já que o Partido Comunista Alemão está na ilegalidade e perseguido desde 1956. As igrejas católica e protestante foram amplamente utilizadas como meio de propaganda anticomunista e pró-Adenauer, que ainda teve seu trabalho facilitado graças à política direitista, militarista e mesmo revanchista da direção da social-democracia alemã (PSD). Mesmo assim, os resultados foram dos mais amargos.

Em primeiro lugar, a participação nas eleições pode ser considerada como fraca, para um país avançado como é a Alemanha Ocidental. Dos seus 50 milhões de habitantes, menos de trinta milhões votaram nas atuais eleições, apenas um milhão e meio a mais do que em 1957. O partido de Adenauer perdeu um milhão de votos em comparação com a última eleição, ou seja 5% e 20 cadeiras a menos no Parlamento. Perdeu igualmente a maioria absoluta de que dispunha. Os partidos abertamente fascistas, brigada de choque de Adenauer, perderam mais de 7%, passando de mais de 10% a menos de 3%. O grande vencedor destas eleições foi, sem duvida, o Partido Alemão Livre, que tinha prometido uma "nova política" e se beneficiou também da política reboquista da social-democracia em relação a Adenauer. Êsse partido quase dobrou o número de votos entre as duas últimas eleições e se caracteriza por um sentido demagógico mais agudo do que o dos sociais-democratas, que apesar das condições favoráveis para um desenvolvimento democrático na Alemanha Ocidental, preferiram regatear os votos da direita, o que conseguiram em grande parte, ganhando com isso um milhão de votos.

E AGORA...

A grande verdade que está por detrás das eleições na Alemanha Ocidental é que os trabalhadores dêste lado da Alemanha continuam sendo, com ocorreu antes das duas guerras mundiais, o instrumento inconsciente dos imperialistas e militaristas. Isto é evidenciado especialmente pela pequena votação obtida pela "União Alemã para a Paz", que atingiu pouco mais de 600 mil votos, por mais que se leve em consideração todos os elementos que dificultaram seu trabalho. Na realidade, dispondo de um nível de vida bastante elevado, os trabalhadores da Alemanha Ocidental ainda não compreenderam que o atual curso só pode levar a uma nova catástrofe nacional, da qual êles mesmos serão a maior vítima.

Agora, o tratado de paz, conjuntamente ou em separado, será assinado, a situação anormal de Berlim Ocidental será resolvida e o socialismo na RDA fortalecido. E aos que argumentam que isto levará a um aprofundamento da divisão da Alemanha e a fortalecimento das tendências fascitizantes na Alemanha Ocidental, a resposta já foi dada, por Walter Ulbricht falando ao povo na televisão depois do 13 de agôsto. Os trabalhadores da Alemanha Ocidental nos trairiam quando cederam à propaganda anticomunista e à política irresponsável da social-democracia. Nós trairíamos a nós mesmos e aos próprios operários de tôda a Alemanha se permitissemos que êste estado de coisas continuasse. De nossa parte contribuiremos para derrotar os militaristas e imperialistas alemães com a assinatura do tratado de paz e as conseqüências que isto terá para a solução do problema alemão. O golpe final contra os homens que querem levar a Alemanha pela terceira vez ao abismo terá que ser dado pela própria classe operária da Alemanha Ocidental.

Espanha 1961: Cárcere e Trincheira do Povo Que Luta Contra o Fascismo

Joaquim Hernandez
(De PL, especial para NR)

HAVANA — "A impermeabilidade de algumas das correntes da oposição esquerdista ao franquismo estão dificultando uma solução pacífica para a revolução espanhola" — declarou Enrique Lister, o famoso general republicano e combatente anti-franquista da guerra civil que ensaguentou, há 25 anos, a velha nação ibérica e que transformou o país num grande cárcere onde sofrem as torturas mais terríveis milhares e milhares de patriotas e democratas.

Lister fêz seu pronunciamento em Havana, durante um ato de solidariedade aos republicanos espanhóis promovido pela Casa de Cultura cubana.

A solução pacífica preconizada por Lister é a greve geral do povo espanhol para derrubar o franquismo sem ter-se que chegar ao holocausto de uma guerra civil. Solução pacífica mas não à maneira das chamadas fôrças de "esquerda" "com o senhor Prioto à frente", que manobram também com o objetivo de encontrar uma saída pacífica para a situação.

"Mas essa saída pacífica — salientou Lister — não é nossa. Uma saída revolucionária, combativa é a nossa saída pacífica. A do sr. Prioto e Companhia é uma saída contra-revolucionária que permita entregar o país a D. Juan, convertendo-se a esquerda em oposição à sua Majuestade Don Juan III".

O que deve ficar claro — acrescentou o veterano revolucionário — é que nós ao mesmo tempo que lutamos para dar a nosso povo uma saída pacífica para a situação, que seria a melhor e a mais proveitosa, preparamo-nos e tomamos tôdas as medidas para nos pormos à frente de nosso povo se se tornar necessária a solução violenta. Se chegar êsse momento, que cada um cumpra com o seu dever!

O QUE ACONTECE NA ESPANHA

Para chegar a estas conclusões. Lister havia feito uma análise sumária "de que acontece na própria Espanha". Disse:

"Fracassado o plano de estabilização, a luta do povo espanhol está adquirindo de dia para dia características mais intensas. Ativou-se a luta entre a classe operária, entre os camponeses, entre os estudantes, entre os intelectuais, entre tôdas as fôrças democráticas e anti-franquistas de nosso país. E ante essa ativização da luta, Franco e os ianques começam a manobrar para dar à situação difícil que se lhes apresenta uma solução que, deixando intato o franquismo, permita-lhes dar um certo verniz democrático e liberal a êsse regime franquista".

"Para essa situação — declarou em seguida — contribuiu poderosamente a política de reconciliação nacional preconizada pelo Partido Comunista, para encontrar uma saída pacífica para a situação da Espanha".

Passou então a explicar o que "entendemos nós por reconciliação nacional dos espanhóis."

Há que levar em conta o que aconteceu na Espanha no último quarto de século: a revolução de 1934, com milhares de mortes e dezenas de milhares de presos; nessa guerra de três anos com um milhão de mortos, meio milhão de espanhóis emigrando, centenas de milhares de espanhóis perseguidos, encarcerados e torturados na própria Espanha.

Suas palavras seguintes revelaram um profundo sentido nacionalista:

"Consideramos que a linha divisória entre espanhóis já não é mais a mesma das trincheiras de 1936-1939. Consideramos que o mesmo interêsse que pudemos ter em acabar com o franquismo os que lutávamos em 1936-1939 nas fileiras republicanas, têm-no hoje centenas de milhares de espanhóis que lutavam nas trincheiras do lado franquista.

"Fomos derrotados provisòriamente, mas êles, os que lutaram ao lado de Franco, foram traídos da forma mais miserável por Franco e seus generais. Por isso o interêsse nosso e dêles tem que ser um só e o mesmo: acabar com êsse regime de crimes, de terror e de fome que existe em nosso país.

"Assim compreendemos nós a reconciliação nacional entre os espanhóis. Não um "abraço de Vergara", não "apagar o passado e começar tudo do zero mas sim reconciliação para lutarmos todos juntos contra o inimigo comum, contra a ditadura franquista e para expulsarmos os ianques de nossa terra".

ANISTIA

Lister realizou várias conferências em Cuba. Sempre menciona, com veemente protesto o caso dos milhares de presos políticos que apodrecem nas masmorras franquistas sob condenações de 30, 40 e 60 anos. Há republicanos, católicos, socialistas, sindicalistas, galleguistas, nacionalistas bascos e outros que não pertencem a nenhum partido nem organização, mas que são como os comunistas, patriotas e antifranquistas espanhóis.

Em prol da libertação dêsses presos, em prol de uma anistia para êles, — acrescentou — uma grande luta se leva a cabo em nosso país e internacionalmente".

Terror e Opressão Nasserista Levaram à Dissolução da RAU

"A experiência abre os olhos até de um cego" — diz um velho ditado sírio. E foi o que ocorreu no velho país do Oriente Médio. Três anos e meses depois da prática de uma associação com o Egito, na que se chamou a República Árabe Unida, uma rebelião incruenta das fôrças armadas sírias da RAU, devolveu a independência àquela nação.

O golpe foi vitorioso em 24 horas, o presidente Nasser, apenas esboçou uma reação da qual desistiu quando verificou que não contava com recursos dentro da Síria para impedir um fato que já se tornava consumado. Com a vitória do movimento, o velho sonho de unidade econômica e política dos povos árabes sob o comando do ditador do Cairo rolou por terra.

Por que fracassou a experiência da RAU? O que levou o povo sírio ao descontentamento que provocaria o golpe?

UNIÃO PARA A MISÉRIA

Quando, em 1º de fevereiro de 1958, se efetivava a união sírio-egípcia que deu forma à RAU, os povos dos dois países alimentavam as esperanças de que as promessas de construção de uma nova vida, de soberania e progresso econômico e político seriam concretizadas no novo Estado. A RAU nasceu sob o signo da luta antiimperialista e da emancipação econômica. Entretanto, se os princípios que determinaram a criação da nova Nação eram válidos, a prática posterior demonstrou que se verificava um processo de espoliação e colonização de um país pelo outro. Econômica e politicamente, primeiro esta e paulatinamente aquela, a Síria foi perdendo a sua soberania e desgastando-se terrivelmente.

Em 1959, um ano depois da criação da RAU, já lavrava em tôda a Síria a revolta e o descontentamento, tanto das camadas da burguesia nacional como da grande massa popular. O país estava se transformando, dentro da RAU, de um dos mais desenvolvidos do Oriente Médio numa nação pobre: as liberdades públicas e políticas foram esmagadas; o culto das tradições nacionais, em vez de respeitado, sufocado.

Do ponto de vista político o primeiro passo que se segue à formação da RAU foi a supressão dos partidos políticos e, posteriormente à medida que crescia a oposição contra a espoliação econômica, a instalação de um verdadeiro regime de terror contra os patriotas e democratas sírios, em primeiro lugar os comunistas (recorde-se que Farjallah Helu foi assassinado nos cárceres de Damasco). Nasser respondia às exigências do povo com a perseguição, o encarceramento e o assassínio de patriotas.

Do ponto de vista econômico, o que se verificou foi um verdadeiro processo de opressão e esmagamento da economia síria em desenvolvimento. O govêrno do Cairo aplicou tôda uma política visando a satisfazer os interêsses da grande burguesia egípcia.

A indústria têxtil, uma das mais desenvolvidas da Síria, foi a grande vítima do processo. Através de medidas as mais diversas, o govêrno de Nasser protegeu a colocação no mercado sírio de grande quantidade da produção egípcia de tecidos, levando a indústria daquele país às portas da bancarrota total. Fábricas foram fechadas e milhares de trabalhadores lançados no desemprêgo (só para o Líbano emigraram, em 1959, 50.000 trabalhadores sírios).

O nível de salários, que era relativamente alto, foi rebaixado ao dos trabalhadores egípcios (quatro vêzes menos). Em outros setores da produção se verificou o mesmo fenômeno, agravando-se mais a situação do povo com o encarecimento brutal do custo de vida. A moeda síria (ao par com a libra inglesa), foi desvalorizada.

A perseguição política, o não cumprimento das promessas de respeito à soberania do povo sírio e o processo de espoliação econômica, foram as razões fundamentais que levaram ao movimento militar que separou a Síria do Egito e liquidou a RAU.

Essa separação era inevitável e necessária para o povo sírio. O nôvo govêrno que dirige o país, caracterizado como conservador pela imprensa internacional, já fêz duas promessas fundamentais: dar à política externa do país um sentido neutralista e convocar eleições, para dentro de quatro meses, com ampla liberdade para todos os partidos políticos.

Pelópidas: Cuba é Democracia Porque o Povo Está no Poder

O vice-governador Pelópidas Silveira, após o seu regresso de Cuba, onde estêve chefiando uma delegação brasileira que participou das comemorações do "26 de Julho" naquele país, concedeu uma entrevista à imprensa pernambucana em que relatou suas impressões sôbre aquêle país irmão latino-americano e as conquistas da sua revolução.

É o seguinte o texto da entrevista, que publicamos tendo em vista o interêsse que ela tem para o esclarecimento de algumas questões relacionadas com a situação de Cuba:

"Durante o período de 25 dias em que lá permaneci, procurei conhecer a realidade cubana em todos os seus aspectos, conversando com pessoas de diferentes camadas sociais e tomando contato com os organismos responsáveis pela administração.

Não se pode ter uma visão exata do problema cubano através dos noticiários de agências estrangeiras.

O objetivo da minha visita foi procurar a verdade dos fatos. E é essa verdade, ela exclusivamente, que vou transmitir aos meus amigos e compatriotas.

Existe em Cuba a realização da verdadeira democracia: o povo no Poder. O povo é o fator principal, é a razão de ser do govêrno, é o govêrno em tôdas as suas manifestações. Há uma completa identificação que há entre o povo e o Govêrno Revolucionário.

A grande concentração do 26 de julho, em Havana, foi um expressivo pronunciamento do povo. Cêrca de um milhão de pessoas na praça pública, com uma vibração indescritível, reafirmaram a sua aprovação à ação política e à ingente obra administrativa do Govêrno Revolucionário e a sua confiança nesse grande líder que é Fidel Castro.

Em quase três anos de revolução, formou-se uma sólida consciência revolucionária e há uma impressionante educação política.

Com a extraordinária obra de alfabetização, com a reforma agrária e a reforma urbana, e libertando-se das fôrças imperialistas, Cuba está assegurando a felicidade do seu povo.

ELEIÇÕES

— O país está numa fase revolucionária, com o povo participando intensa e diretamente do processo de renovação da estrutura econômica e social, para conquistar aquilo que é uma aspiração de todos os povos: trabalho, escolas, casa, condições humanas de vida.

São mais 400.000 cubanos que trabalham, depois que se implantou o Govêrno Revolucionário.

Isso corresponde a um aumento de 500.000.000 de dólares na capacidade aquisitiva do povo.

Operou-se em Cuba uma revolução profunda, com alteração radical da estrutura econômica. Essa revolução ainda está em marcha e dela hão de sair novas formas institucionais, formas de democracia mais direta, como ressaltou Fidel em seu discurso que ouvi.

Há um plebiscito permanente em Cuba. O Govêrno Revolucionário está, a cada momento, consultando o povo. Da identificação completa do povo com a Revolução existe prova maior do que a circunstância de 500.000 pessoas, camponesas, operários, homens de profissões liberais etc. estarem armados, cada um com rifle ou fusil?

Fidel Castro, em discurso pronunciado no almôço que ofereceu às delegações dos países latino-americanos, perguntou o que aconteceria, se Stroessner armasse os paraguaios, se Kennedy desse arma aos negros do sul dos Estados Unidos ou se Salazar e Franco armassem os portugueses e os espanhóis.

Em Cuba o povo está vivendo a sua Revolução, está, êle próprio, dentro da realidade cubana, encontrando as soluções para os seus problemas.

Sou um democrata e defendo a escolha dos governantes feita diretamente pelo povo.

Será expressivo o processo eleitoral, quando votam menos de 20% da população, como no Brasil e em tantos outros países, onde os analfabetos não têm direito ao voto?

Há muitas formas de se caracterizar um regime democrático, além do processo eleitoral. Existem países onde se realizam eleições e o resultado dos pleitos não expressa realmente a vontade do povo.

SOCIALISMO

— O socialismo em Cuba está adaptado às condições especiais de um país latino-americano. Caracteriza-se bem pela nacionalização dos monopólios estrangeiros, pela estabilização do ensino, pela reforma agrária e pela reforma urbana.

Há unidade das fôrças populares em tôrno do programa do Govêrno. O eixo da ação revolucionária é a luta contra as fôrças imperialistas.

Cabe notar que não existe em Cuba nenhuma discriminação racial.

Quanto ao problema religioso, devo declarar que são inteiramente sem fundamento as notícias veiculadas no Brasil sôbre restrições ao culto. O que há é a inteira separação entre o Estado e a Igreja. A Igreja cuida exclusivamente dos problemas espirituais, havendo total liberdade de culto. Um vigário na cidade de Santa Clara e outro em Havana disseram-me que a freqüência aos templos não diminuiu após a Revolução.

Há realmente, um número menor de sacerdotes, porque muitos, de nacionalidade espanhola e de posições contra-revolucionárias, saíram do país e não foram substituídos. Também saíram ordens religiosas que mantinham colégios particulares. Isso aconteceu porque, com a Revolução, o ensino passou a ser estatal.

— E a questão dos fuzilamentos?

— Na Ordem dos Advogados de Havana foram recebidos os magistrados pernambucanos e os advogados brasileiros.

Estive presente a essa reunião, onde se discutiu amplamente o processo de julgamento e as condenações. Lá se achavam o Auditor do Tribunal Revolucionário e vários juízes do Supremo Tribunal de Justiça.

Sôbre êsse assunto poderão falar melhor os juristas que visitaram Cuba.

Abordarei sòmente uns aspectos gerais. Triunfante a Revolução, houve cêrca de 600 execuções, após julgamentos regulares.

Explicaram os magistrados cubanos que o povo não fêz vinganças diretas, mas esperou que o Govêrno Revolucionário promovesse a punição dos grandes criminosos.

Quando se visita Cuba e se toma conhecimento das atrocidades praticadas durante os 7 anos da tirania de Batista, com o assassinato de mais de 20.000 pessoas, é que se pode compreender por que o povo exigia a punição extrema para os culpados.

Quanto aos que participaram da invasão de Praia Giron, em abril último, estão detidos e não foram julgados.

São em número de 1 200 e entre êles uma centena de antigos militares de Batista, criminosos como Calviño, Puig e King.

Os demais são jovens, filhos de grandes proprietários de terra ou de emprêsas industriais, que foram prejudicados com a redistribuição da riqueza feita pelo atual Govêrno. Êsses tomaram parte na invasão, iludidos com a perspectiva de que o movimento contra-revolucionário viesse a encontrar apoio no povo."

POLÍTICA EXTERNA

Concluindo sua entrevista, o vice-governador Pelópidas Silveira destacou a necessidade do Brasil manter uma política externa independente e de defesa da autodeterminação dos povos, o que constitui uma contribuição positiva para a paz mundial.

Dez Mandamentos Das Ligas Para Libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio

O documento que publicamos a seguir foi elaborado pelo Conselho das Ligas Camponesas, do Recife, na base de uma análise da estrutura agrária no país, em suas linhas gerais, e das iniciativas de alguns governos, como o de São Paulo e Pernambuco. Lido no dia 15 de setembro, por ocasião do lançamento da Campanha pela Reforma Agrária, a exposição e os argumentos nêle contidos merecem a atenção não só dos estudiosos como de quantos se interessam por um dos problemas fundamentais da atualidade brasileira. O documento, naturalmente, não é um trabalho definitivo nem completo sôbre a questão agrária no Brasil. Mas serve de modêlo para estudos idênticos das seus mais diversos aspectos do problema da terra, num momento em que êste adquire novas proporções e se projeta como um problema dos mais candentes do País, reclamando solução urgente, inadiável. Esperamos que os leitores de NOVOS RUMOS se interessem pela máxima difusão dêste documento, contribuindo assim para o esclarecimento do grande público.

O fato de quase três quartas partes da população nordestina viverem em áreas rurais constitui o primeiro motivo de uma extrema pressão sôbre os recursos da terra, única fonte de sustento e oportunidade exclusiva de trabalho para um avultado contingente de 16 milhões de pessoas. A pressão sôbre a terra é acentuada pelos dados de uma estrutura jurídico-econômica arcaica e injusta, destacando-se a circunstância de que cêrca de 80% dos agricultores da região trabalham em terra alheia, inteiramente à mercê dos interesses do latifundiário. Outras causas que concorrem para o mesmo efeito são: a elevada e progressiva concentração da terra; o monopólio das melhores áreas pela monocultura, sob o amparo oficial; a expressiva taxa líquida de incremento da população, a carência de oportunidades fora da agricultura; o já elevado e crescente fracionamento das áreas de minifúndio, etc.

Dessa estrutura intolerável resultam as extremas condições de miséria da massa de agricultores sem terra e de muitos pequenos proprietários em vias de proletarização, colocados todos em desigual e difícil posição de "barganha" diante do grande proprietário, seja pela situação econômica, seja pelas enormes deficiências de instrução e associação dos camponeses. Daí as sobrevivências de formas semi-escravistas nas relações de trabalho: a agregação e "sujeição" à base de salários, em algumas zonas, inferiores a cinqüenta cruzeiros por dia, e da área minúscula dada a cultivar, em redor da casa, incapaz de prover um mínimo aceitável de produção, mesmo para o autoconsumo; os salários inferiores ao mínimo vital, nas relações de salariado puro; as condições extorsivas da parceria agravadas pela ínfima produtividade; o pagamento prévio das taxas leoninas de arrendamento, além da inexistência de contrato que proporcionasse um mínimo de segurança e estabilidade a êsse produtor responsável por uma parcela considerável da produção agrícola total e por quase tôda a produção de gêneros de subsistência. Por outro lado, verifica-se um extremoso paternalismo oficial ao latifundiário, que recebe garantia de preço e mercado, prática isenção de impostos, monopólio de crédito, etc.

Não podem surpreender, portanto, as graves condições da vida rural e da economia agrícola do País, especialmente do Nordeste, estagnadas e dependentes em extremo de energia humana e das injunções da natureza, mal reagindo — e a duras penas — ao apêlo e desafio do simples incremento de população.

A consciência dessa realidade começa a ser apreendida por setores cada vez mais amplos da população, à medida que o setor industrial ganha melhor posição relativa, que os consumidores urbanos reagem às dificuldades de abastecimento e, sobretudo, à medida que as massas camponesas fazem progresso na sua associação e começam a atuar organizada e solidàriamente para extinguir a terrível exploração a que estão sujeitas.

AS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO

O problema agrário tem sido agitado com alguma insistência por diversos setores da opinião nacional mas as iniciativas têm sido frustradas pela resistência dos porta-vozes do latifúndio e pela **falta de um amplo movimento popular em apoio das reivindicações camponesas**.

Sem mencionar o volumoso arquivo de projetos de reforma agrária existente no Congresso Nacional, alguns dêles contendo disposições razoáveis para os interêsses dos trabalhadores rurais, vale a pena considerar algumas iniciativas de âmbito regional e executivo, anunciadas, mais ou menos intensamente, como solução suficiente e justa para os problemas agrários, cuja extensão e gravidade, com referência especial ao Nordeste, tentamos inicialmente esboçar.

1. — PLANO DIRETOR DA SUDENE — E' de lamentar que o Primeiro Plano Diretor da SUDENE, elaborado para uma região ainda eminentemente agrícola, onde o problema da terra é evidente e impressiona até ao menos avisado observador, tenha deixado de encarar sèriamente a questão, mesmo do ponto de vista estritamente econômico, quando a própria Organização das Nações Unidas (ONU) e sua Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) já analisaram êsse problema, em vários informes e documentos oficiais, dando-lhes a merecida ênfase e importância, no quadro geral de desenvolvimento econômico.

A tímida abordagem do assunto, no Plano Diretor, consta de referências à modificação da economia das zonas semi-árida e úmida, de maneira pouco clara, principalmente quanto ao modo de realização, visto sob um ângulo acentuadamente tecnicista. Com referência à zona semi-árida, é de destacar o projeto de lei de irrigação preparado pela SUDENE, com o qual podemos concordar, no tocante à desapropriação das terras beneficiadas pelos açudes públicos, mas não com a forma de utilização da terra, em moldes estritamente individualistas. Quando as condições de cultivo e produtividade são criadas por investimentos públicos, é inadmissível a organização da produção em bases estritamente privatistas, impondo-se a adoção de um sistema de associação e cooperação. Nesse particular, o regime de Fundação parece ser o mais adequado, uma vez que facilitaria a participação, como fundadores ao lado de agricultores, de instituições como a SUDENE e o Banco do Nordeste, que se incumbiriam da assistência técnica e financeira.

2. — REVISÃO AGRÁRIA DE S. PAULO — O atual governador de São Paulo enviou anteprojeto de lei à Assembléia Legislativa, com a pretensa finalidade de incentivar e facilitar a aquisição e a exploração econômica da pequena propriedade rural. Aí se vincula o produto de 50% da arrecadação do impôsto territorial a desapropriações, aos serviços correlatos, ao planejamento e assistência técnica às propriedades rurais. Considerada a arrecadação atual, que o projeto tende a reduzir, os recursos anuais disponíveis para aquelas aplicações limitam-se a 500 milhões de cruzeiros. Visto que os objetivos declarados são múltiplos, é evidente que uma quantia ainda menor será destinada às despesas com desapropriações. As terras a serem desapropriadas, segundo o projeto, devem situar-se, de preferência, nas regiões mais populosas, e mais bem servidas de vias de transporte, onde o preço médio do hectare, num cálculo modesto, pode estimar-se em 40 mil cruzeiros. Uma vez que se define, no projeto, a pequena propriedade como a não excedente de 50 hectares, temos que cada lote medirá, em média 25 hectares e custará, portanto, 1 milhão de cruzeiros, o que reduz as possibilidades da "reforma" a um número em tôrno de 400 novas propriedades, por ano, numa previsão otimista. Comparando essa quantidade com o contingente de 1 milhão e quinhentos mil trabalhadores rurais paulistas sem terra, tem-se uma idéia clara das limitações, das irrisórias proporções de uma medida tão profusamente alardeada. Ainda mais: a um preço de 1 milhão de cruzeiros, um prazo máximo de amortização de 10 anos e a juros de 6% ao ano; com o pagamento a vista e antecipado da primeira prestação; com as elevadas despesas de instalação nos primeiros anos, quando o rendimento é reduzido, e, finalmente, com a "exigência da exploração racional" e intensiva, ao cabo de 2 anos, muito difícil, senão impossível, será a algum arrendatário, parceiro ou assalariado agrícola, enquadrar-se em semelhante programa.

A "revisão agrária" paulista pretende utilizar as taxas múltiplas e progressivas do impôsto territorial, com referência a extensão das propriedades, como meio de mobilização do fator terra. Mas, ao regular os descontos sôbre as diversas taxas, relativamente ao grau de exploração fundiária, o faz de modo a anular o que poderia ser um instrumento eficaz na modificação indireta e pacífica da estrutura agrária. O projeto estabelece a redução de 40% nas taxas respectivas, quando a propriedade tiver mais de 80% da área ocupada por matas naturais ou aproveitada com pastagens, culturas e benfeitorias. A imprecisão com respeito a pastagens e culturas constitui uma execelente válvula de escape, a ser utilizada pelos grandes proprietários, com reduzidos custos para êsses e escassos proveitos sociais. Feitos os descontos, chega-se ao cômico resultado de que as propriedades até 1.000 hectares obterão, na realidade, uma redução tributária, em relação à taxa única anterior ao projeto (2,7%), enquanto as de extensão entre 1.000 e 5.000 hectares terão um irrisório acréscimo de 0,3% e aquelas (muito poucas) de área superior a 5.000 hectares sofrerão um aumento de apenas 0,9%. O mais importante é que essas taxas continuarão a incidir sôbre o valor atribuído às propriedades e não sobre o valor real. Caio Prado Júnior, na **Revista Brasiliense** faz uma análise da "revisão agrária" adotada pelo atual govêrno do Estado de São Paulo a qual consideramos excelente. Dela extraímos os dados essenciais para a apreciação crítica da decantada "revisão" com que o sr. Carvalho Pinto pretende fazer o seu sucessor, que outro não é senão o sr. José Bonifácio Nogueira Coutinho, seu secretário da Agricultura e autor do plano de "revisão". Recomendamos aos interessados no exame mais aprofundado da matéria a leitura daquele trabalho, que examina outros aspectos da questão agrária no Brasil.

3. PLANO PILÔTO DE COLONIZAÇÃO DE PERNAMBUCO — Ligado a circunstâncias econômicas e políticas menos evoluidas que as de São Paulo, o govêrno de Pernambuco não se animou, sequer, a batizar de reforma ou revisão agrária a iniciativa que tomou com relação ao problema (mais grave lá do que em São Paulo), chamando-a, modestamente de "Plano Pilôto de Colonização", com o declarado propósito de "incentivar" a formação de unidades agrícolas produtivas do tipo "família", visando à distribuição mais equitativa da terra da lavoura. Pretende "localizar 5.000 famílias em 5 anos" e cogita de "fomentar e facilitar a iniciativa privada" no setor de colonização. Prevê o plano uma aplicação total de recursos da ordem de 5 bilhões e 790 milhões de cruzeiros, oriundos de vários fontes, desde a usura local à internacional e até o orçamento do Estado. Com referência a êste, as verbas montantes são citadas de maneira vaga e inespecífica, tudo levando a crer que se trate de receita geral e não de qualquer fundo ou tributo especial, como é o caso de São Paulo. Fugiu, assim, o govêrno de Pernambuco, ao problema do impôsto territorial e inclinou-se para a arregimentação do sistema bancário, cuja participação, conforme deixa entrever o plano, será preponderante, pois ora "o govêrno pleiteia o empréstimo através do BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) na importância correspondente as despesas relativas a instalação e funcionamento dos núcelos e parte do valor das terras adquiridas", ora "o Estado concorrerá com a parte correspondente ao valor das terras". Essa ligação com a usura vai levar o govêrno a duvidosas conseqüências, quando prevê: "As terras destinadas à colonização poderão ser adquiridas através de compras diretas ou por desapropriação, quando antes forem consideradas de utilidade pública, pelo govêrno do Estado, e feita em base amigável" (sic).

Não é segrêdo para quem quer que se preocupe com problemas econômicos, o elevado preço relativo da terra, obstáculo considerável, tanto para a reforma agrária, como para o conveniente desenvolvimento das atividades agrícolas. Considerando-se que a aquisição de terra, muito embora constitua um pesado item para o empreendedor individual, não significa para a comunidade nenhum investimento produtivo, mas uma simples transferência de renda, inversão efetiva mediante o dispêndio posterior com equipamentos, máquinas, instrumentos, animais, sementes, construções, estradas, cêrcas, aguadas, tratos culturais, plantações etc; considerando-se ainda que as aplicações imobiliárias são cada vez mais efetuadas como reserva de valor, portanto, com fim especulativo e estéril; considerando-se, além disso, que a propriedade fundiária se abriga numa quase total imunidade fiscal, uma vez que o impôsto de renda tem por base rendimentos estimados em 5% do valor da propriedade(valor declarado para efeito do impôsto territorial) e que êste impôsto territorial é pràticamente nulo, isto pôsto, pode-se avaliar em que aventura estimulante da especulação pretende engajar-se o govêrno pernambucano, ao trazer um nôvo impacto de demanda a um mercado imobiliário de tal modo distorcido, despindo-se de qualquer prerrogativa do munus público para dar relêvo e preferência a "compras diretas" de terra e "em base amigável"... Fazer colonização adquirindo terra por êsse modo, além de um absurdo econômico e social, resulta em onerosa inocuidade. Denunciamos êsse método como aquêle que deve ser prescrito de qualquer plano sério, que se anime a enfrentar com coragem a realidade.

Por outro lado, se o govêrno intenta formar pequenas propriedades produtivas, ver-se-á ante estas alternativas: 1) adquirir pequenas propriedades; 2) adquirir grandes propriedades, caso em que terá de escolhê-las na faixa úmida ou 3) na semi-árida. Na primeira situação, estará, apenas, substituindo um pequeno proprietário por outro; na segunda hipótese, terá que arcar com os mais pesados ônus da especulação e transferi-la ao colono; no terceiro caso, o adquirente sofrerá o **handicap** de condições fisigeográficas e econômicas as mais desfavoráveis.

Cumpre, agora, analisar o montante dessas obrigações financeiras. Segundo o Plano, o preço médio do hectare — é de 20 mil cruzeiros, no Agreste e Mata, e de 10 mil cruzeiros no Sertão. Sendo o tamanho médio do lote de 20 hectares e 40 hectares, respectivamente, sòmente a terra custará ao colono ou "candidato a colono" como diz o Plano, 400 mil cruzeiros, em média. Computados os dispêndios com implementos agrícolas, máquinas e materiais diversos, levantamentos topográficos e locação de lotes, perfuração de estradas e imóveis, outras benfeitorias, transportes, administração, juros e depreciação, o custo total se aproximará bastante de 800 mil cruzeiros. Ainda assim temos de não considerar duas causas que podem trazer consideráveis efeitos aumentistas: a participação oficial no mercado imobiliário e a prevista necessidade de uma reserva para a Companhia de Revenda e Colonização, na venda dos lotes, a fim de constituir-se o Fundo de Colonização, "que fará face ao desenvolvimento das unidades de colonização existentes ou à fundação de novas, ou constituirá garantia dos empréstimos concedidos aos beneficiários". São objetivos, como se vê, nada modestos...

Para a satisfação integral desses débitos se estabelecem prazos variáveis, não especificados, apenas limitados ao máximo de 15 anos, com início de amortização no terceiro ano. Quantos assalariados, parceiros ou arrendatários, em Pernambuco, poderão participar de tal Plano, nessas condições? A realidade agrária, não só de Pernambuco, mas de todo o Nordeste, responde que nem um só.

Admitamos, porém, que as ínfimas condições econômicas do homem rural nordestino sem terra não constituam obstáculo ao plano, fechando-se os olhos às dificuldades de amortização dêsse empreendimento. Mesmo assim, durante 5 anos, apenas 5 mil famílias (cêrca de 20 mil beneficiários) teriam alcançado a posse de um trato de terra, que se supõe suficiente para garantir-lhe o sustento e alguma renda adicional, renda essa, aliás, que o Plano não menciona e muito menos se anima a estimar, não obstante ser êste o ponto central e crucial de todo o problema ora discutido. Acontece, entretanto, que no mesmo lapso de 5 anos o incremento demográfico líquido, na zona rural de Pernambuco, não será nunca inferior a 300 mil pessoas. Se se considerar que, atualmente, temos cêrca de 900 mil pessoas econòmicamente ativas, no campo, e um número inferior a 180 mil propriedades, nada mais será preciso adiantar sôbre a irrisória significação econômica e social do esboçado Plano de Colonização, saudado por homens da inteligência do jornalista Anibal Fernandes ou da competência técnica do ex-ministro da Agricultura Costa Pôrto, como solução mágica dos nossos imensos problemas agrários.

Bastante sintomático e igualmente inaceitável é o caráter acentuadamente paternalista que define todo o Plano, para o qual os camponeses devem quedar-se inteiramente passivos, diante da "receita" que se lhes pretende aplicar; e de todo o minucioso aparato de administração e planejamento nêle contido, não faltando sequer, a representação dos patrões mas excluindo a dos camponeses. E' inadmissível essa orientação, quando, por outro lado, se entrega, a uma entidade de composição mista e da qual participam interêsses norte-americanos, a ANCAR, as mais importantes tarefas, a começar pela própria seleção das famílias a serem localizadas. A seleção, o "estágio probatório" de 3 anos a que se submete o "candidato a colono", as condições para aquisição de um segundo lote, tudo isso está a exigir a representação efetiva dos interêsses dos trabalhadores rurais, na execução do Plano. Mas, o pior é ainda o perigoso e dúbio item dos requisitos a serem preenchidos pelo "candidato a colono". Aí se configura um a exigência muito semelhante ao famigerado "atestado de ideologia", instituição inconstitucional, e, sobretudo, imoral, que o plano poderá muito bem reviver, quando exigir do camponês "comprovar que seus antecedentes não induzem a considerá-lo como elemento de difícil adaptação". Como poderá o trabalhador assegurar a "indução" de que não é periculoso, sendo essa "indução" puro e simples arbítrio da ilustrada administração do Plano, tão achegada à mentalidade e interesses latifundistas? O jôgo é bastante claro: trata-se de eliminar, como "inadaptáveis", os camponeses mais ativos, aquêles com qualidades de liderança, os de espírito combativo e inconformado, capazes de perturbar a docilidade integral que se pretende. Trata-se de excluir do Plano, bem se vê, os camponeses que, adquirindo consciência política, ingressam em massa nas Ligas Camponesas.

UM PROGRAMA PROGRESSISTA

Lutando pelas aspirações de milhões de espoliados trabalhadores rurais, temos o direito e o dever de não compactuar com promessas ilusórias e paliativos demagógicos. É inútil tentar obscurecer ou ignorar a gravidade do problema agrário, no Brasil e no Nordeste. Temos de situar-nos diante dêle com objetivismo e sinceridade, se a intenção é, realmente, resolvê-lo. Daí porque não podemos pensar senão em têrmos de soluções globais e conseqüentes para uma questão com profundas raízes na evolução histórica, na estrutura econômica e política do País. Cumpre-nos, portanto, lutar por um Programa viável e exequível, nas presentes condições, com referência a milhões de brasileiros.

Esbocemo-lo.

Primeiro: É possível e desejável esgotar as prerrogativas da legislação e administração dos Estados Federados, visando à moderificação da estrutura agrária. Se recordarmos que é competência dos Estados a tributação territorial e que quase todos possuem terras exploráveis, temos logo aí uma ampla justificativa dessa proposição. Importa tornar efetivo o instrumento fiscal, passando da prática inexistência atual do impôsto para sua regulamentação altamente progressiva, a partir de uma avaliação realista da propriedade e discriminando-se as taxas com base na extensão de cada estabelecimento. Com efeito, é inteiramente supérflua a complicação quase insolúvel do critério de aproveitamento racional ou intensivo para efeito de atenuar a imposição fiscal, pois é evidente que a carga tributária relativa é menor para as propriedades melhor exploradas. Em Pernambuco, o impôsto territorial, segundo dados de 1951, participava da receita tributária total com a ridícula proporção de 0,5%, tudo indicando que, se houve modificação, foi para menos, pois, em 1948, a proporção era de 0,7%. Nesse particular, as autoridades estaduais não podem eximir-se a uma responsabilidade direta e intransferível. Neste ano de 1961, a queda chega a ser astronômica! desde que a proporção de 0.001%, pois, para um orçamento geral de 7.300.000.000,00, a participação do impôsto territorial é de apenas Cr$ .... 7.000.000,00.

Segundo: No âmbito federal, onde se situam as atribuições das medidas gerais e mais efetivas, é urgente mobilizar as fôrças progressistas para as soluções que amadurecem. Já as vanguardas políticas, na Câmara Federal, se arregimentam, nesse sentido. É a hora de se empenharem, os trabalhadores rurais e urbanos, os setores progressistas das camadas médias, o setor industrial desligado do latifúndio, para obter, sem mais delonga, a aprovação de medidas justas e eficientes, em relação às necessidades da população camponesa. O papel dos destacados líderes nordestinos, governadores e parlamentares, deve ser o mais atuante, pois é no Nordeste que os problemas econômicos são mais graves, especialmente o problema rural. Devemos lutar pela reforma da Constituição para definir o justo preço, de maneira a reprimir a especulação, e permitir o pagamento das indenizações em bônus ou títulos da dívida pública.

Terceiro: desde logo, porém, é possível legislar sôbre o uso da terra, partindo do art. 147 da Constituição. Nesse particular, é necessária a regulamentação de arrendamento e da parceria, estatuindo-se a expressa contratação, nesses tipos de relações de produção, à base de prazos longos e preços módicos, considerada, ainda, a possibilidade de aforamento, nos casos de utilização adequada da terra, a serem definidos. A Resolução n.º 6, de 7 de agôsto de 1957, da NOVACAP, que dispõe sôbre o arrendamento rural no Distrito Federal, prevê condições perfeitamente aceitáveis, que precisam ser cumpridas e tomadas como referência para a legislação geral sôbre a matéria. Essa resolução estabelece, por exemplo, o prazo de 10 anos para o arrendamento dos lotes, o qual pode ainda ser prorrogado, bem como a faculdade da concessão do título de propriedade dos núcleos também a sociedades de camponeses e não, apenas, a indivíduos ou famílias.

Quarto: Aproveitamento máximo das possibilidades de organização de cooperativas mistas e de produção, cuja economia poderá ser amplamente reforçada, através de atividades de beneficiamento e industrialização simples de produtos, como acontece em muitos países, com os melhores resultados.

Quinto: Estabelecimento de sanções econômicas eficientes, pela tributação e outros meios, contra a concentração monopolista da terra.

Sexto: Os programas de colonização, nessas condições, podem significar um passo progressista no interêsse dos camponeses, se observados alguns postulados essenciais: 1) doação das terras em usufruto ou entrega de títulos de propriedade a associações cooperativas de camponeses; 2) auto-administração e ampla associação dos colonos em tôdas as fases da atividade agrícola; 3) repúdio à especulação imobiliária.

Sétimo: Aplicação plena entre a população rural dos direitos assegurados na Constituição e nas leis e já desfrutados pelos habitantes urbanos; democratização do trabalho no campo, através de sistema previdencial, da legislação trabalhista, dos mais amplos direitos de associação e reivindicação; garantia dos direitos civis e políticos, repressão aos despejos, às polícias privadas, a tôdas as ofensas à integridade física, à segurança e ao trabalho camponês.

Oitavo: Organização de abastecimento de alimentos e matérias-primas baseada nas formas cooperativistas, inclusive para a comercialização, eliminando-se os abusos do intermediário.

Nono: Reestruturação da lavoura canavieira: 1) utilização dos 10% da área dessa lavoura previstos no Estatuto Canavieiro para o cultivo de gêneros alimentícios, em terras contínuas, de condições adequadas de fertilidade, mediante o planejamento do poder público, em forma de associação e cooperação camponesa; 2) zoneamento agrícola, visando a diminuir a área de cultivo de cana e elevar sua produtividade, através de melhorias tecnológicas; 3) sindicalização conjunta de assalariados da lavoura e da indústria açucareira; 4) representação de camponeses e assalariados no Conselho Nacional e no Regional do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Décimo: Finalmente, como coroamento de tôdas essas medidas e para garantia de sua plena execução, estimular por todos os meios, com a participação da opinião pública do País, a criação das Ligas Camponesas, no âmbito nacional, porque as Ligas Camponesas são a Lei e a Ordem contra o latifúndio, que é a anarquia e a desordem.

Pelo Conselho das Ligas Camponesas,

Francisco Julião
Presidente

Entusiasmo foi o tom predominante na grande assistência que compareceu à Associação Brasileira de Imprensa para ouvir a conferência do deputado Francisco Julião sôbre a Reforma Agrária. Na ocasião, foi lançada sob a presidência do general Artur Carnaúba, Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

NOVOS RUMOS